

planejamento
&
economia



Teses e Pesquisas

Rui Guilherme Granziera
A GUERRA
DO PARAGUAI
E O CAPITALISMO
NO BRASIL

HUCITEC — UNICAMP

CAPÍTULO III

SÃO PAULO E RIO. CAPITALISMO E CRISE

As influências da Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai transcorrerá num momento em que a legislação de 1860 havia produzido seus maléficos efeitos terapêuticos. A retração imposta ao mercado interno, via sistema de crédito, quando este assimila a política monetária,⁽¹⁾ já encontrava ferida de morte a incipiente manufatura nacional. As grandes fábricas, como Ponta de Areia, no Rio, e São João do Ipanema, em Sorocaba, impotentes ante a concorrência de similares importados, encerram suas atividades antes da guerra. Assim, um possível alento a essas atividades durante a guerra não podia ser esperado. É justamente após a guerra que se percebe o desenvolvimento da indústria têxtil e, mesmo, a tentativa de reativação da grande fábrica de ferro em Sorocaba sob a inspiração do Ministério da Guerra.⁽²⁾

A guerra transcorrerá, pois, no momento em que o caráter exportador do complexo cafeeiro mais se consolidara, agora sob a égide do sistema bancário estrangeiro. O que se percebe, facilmente, nos anos de guerra, é justamente a continuidade e o desenvolvimento da atividade nuclear de exportação e a persistência dos óbices à produção doméstica voltada para o mercado interno.

(1) Para se ter uma idéia de quanto a alteração provocada no problema da conversibilidade contrariava os interesses do comércio, basta lembrar que a Comissão Administrativa da Praça do Comércio da capital do Rio Grande do Sul enviou memorial ao Conselho de Estado em 1866 pedindo que se mandasse dar curso forçado também naquela província, as notas do Banco do Brasil. (Cf. *Consultas da Seção da Fazenda do Conselho de Estado*, Rio, Tipografia Nacional, 1871, p. 31).

(2) Cf. Joaquim Floriano de Godoy, *A província de São Paulo*, Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, Rio, 1875, p. 122.

Não há dúvida, contudo, de que a guerra criou um outro mercado. As encomendas do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul são muito importantes durante todo o período, mas são geral e forçosamente encomendas ao comércio grande parte, assim, recaindo sobre importações.⁽³⁾

No setor de armamentos registra-se produção interna, mas fundamentalmente do próprio Estado. Nas correspondências do Imperador aos seus ministros, durante o conflito, encontramos várias referências a "fundições particulares" que "podiam" suplementar a produção corrente, que era estatal, porém, nesse passo, o próprio Pedro II levanta dúvidas quanto a sua possibilidade efetiva.⁽⁴⁾

A nossa conclusão é, pois, de que a guerra não exerceria nenhum efeito de demanda imediato que pudesse alterar, radicalmente, a situação do setor manufatureiro, até porque tratava-se de uma guerra que desde os primórdios "estava prestes a encerrar-se...".

Todavia, é justamente a guerra que, com a implantação do sistema de transporte ferroviário, promove, através do sistema monetário, a transformação que estaria na base do subsequente desenvolvimento da economia brasileira.

O período que se estende de 1870 a 1889 estará profundamente marcado pelas radicais transformações que se operam durante a Guerra do Paraguai, e a circunstância de elas se esconderem por detrás de um "véu monetário" explica o fato de não terem sido apontadas.

Além disso, a análise desse período reveste-se de muita complexidade porquanto é exatamente aí que, de maneira acentuada, aflora o problema regional.

Com efeito, ao nível da atividade produtiva o período abarca três vertentes de suma importância que, não obstante reclamarem estudo sistemático, têm sido examinadas isoladamente:

(3) A maior parte dessas importações parece, mesmo, ter sido de produtos têxteis, principalmente para fardamento. O assunto, entretanto, se prestaria a boas pesquisas depois que Raymundo Faoro, no seu atraiene e provocativo "Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio", *op. cit.*, sugere riquezas fáceis provenientes das "encomendas" e "fornecimentos".

(4) Ver Contribuições para a biografia de D. Pedro II, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio, Imprensa Oficial, 1925, pp. 365 e segs..

1. a decadência do café fluminense;
2. o extraordinário desenvolvimento da agricultura paulista e seus efeitos revolucionários;
3. a industrialização do Rio de Janeiro.⁽⁵⁾

Pois bem. Se o primeiro e terceiro movimentos apontados podem ser examinados como partes integrantes de uma totalidade dinâmica, com apoio na circunstância de que o Rio de Janeiro constitui o campo imediato de observação e de expressão das tensões que induzem a política monetária e creditícia,⁽⁶⁾ o segundo aparentemente refoge à integração, como se fora um movimento autônomo.

Mas tão estranha será a província de São Paulo de modo a parecer incapaz de responder significativamente às alterações da política central?

A primeira vista essa é a conclusão a que se chega, porquanto todos os estudos sobre o Oeste paulista nos dão conta de um processo *pioneiro*, já iniciado.

E de se convir, todavia, que o ponto de vista que orienta este trabalho — a órbita da circulação — dificilmente pode se conformar com esse lapso que, em última análise, implica na não integração dinâmica daquela região em sistemas monetário e de crédito *nacionais*. Considerando-se também que a instalação dos bancos ingleses, ao longo da costa brasileira, cria de fato, o amálgama entre as várias "ilhas" comerciais, o Crédito e a Moeda podem inter-realizar a integração no plano da consideração dinâmica inter-regional e, assim, se apresentam como um adequado fio condutor da análise da interação dos três movimentos já apontados.

Vejamos.

(5) Indubitavelmente, ainda uma quarta vertente poderia ser listada — a das transformações rio-grandenses. Tratar-se, entretanto, de acontecimento sem maiores repercussões no que se pretende demonstrar.

(6) Não pode passar despercebido que, desde sempre, ditou-se a política econômica imperial a partir dos problemas de uma praça comercial.

Assim o papel centralizador do Rio de Janeiro contribuiu para minimizar a importância das províncias na explicitação dos interesses econômicos. O problema é que os analistas imbuídos dessa preeminência reproduziram-na nos seus trabalhos, pois, conduzindo-se pela análise quantitativa referiram-na seja ao Rio, seja às exportações, quando os números agregados diziam respeito a uma realidade nacional. Com isso perderam boa parte do significado desses números, mas em compensação dão-nos bons elementos para o acompanhamento da realidade fluminense.

Provavelmente, o que significou o extraordinário aumento da dívida pública interna representada pelas apólices emitidas para o financiamento da Guerra do Paraguai? (7)

Vimos que a procura de apólices aumentara antes mesmo da guerra e, por isso, deve-se salientar desde já que a sua remuneração corrente não poderia ser alta, pois se a sua remuneração se a suposta inflação, supostamente provocada pelas emissões de títulos de papel-moeda, acarretasse-lhe a redução real.

O que se observa, no entanto, é a pronta colocação dos títulos governamentais durante todo o período, sendo certo que grande parte dos mesmos foi adquirida por fazendeiros e camadas urbanas oficiais alocadas aos cofres do Estado o dinheiro correspondente aos empréstimos. Basta lembrar que os déficits orçamentários de 1865 a 1870, num total de 385.536.149\$000, foram cobertos aproximadamente em 57% por essa via. (8)

Ainda que se considere uma parte deste último total proveniente de transações com apólices, não pode deixar de ser significativo a quantia auferida em dinheiro, e, não raro, quando o Governo abria uma subscrição, a demanda excedia a oferta governamental. (9)

Após a guerra, a colocação desses títulos prosseguiu acentuada, sendo relevante destacar-se que os bancos nacionais disputavam-nos acirradamente, permitindo ao Governo, já em 1871, obter êxito nessas transações. (10)

Para o segmento nacional do sistema bancário o negócio não parecia mal, porquanto, ao tornar-se "uma reparação do Governo", ganhava um cliente, dentre todos, o mais seguro.

Esse cliente implicava, mais uma vez, em prejuízos aos fazendeiros:

"Uma publicação a pedido, estampada no Jornal do Comércio de 7 de janeiro de 1871 estranhava que a Diretoria do Banco do Brasil empregasse capitais na compra de apólices que não deixavam mais de 6% de juros e ao mesmo tempo cobrasse "aos fazendeiros 9% de quatro em quatro meses" (11).

(7) Ver quadro 11.

(8) Cf. Castro Carreira, *op. cit.*, p. 425.

(9) Cf. Cláudio Pacheco, *op. cit.*, p. 308.

(10) Cf. Cláudio Pacheco, *op. cit.*, p. 367.

(11) *Idem, ibidem*, p. 366.

Ao mesmo tempo, desde o início da guerra, o papel-moeda fazia o seu curso.

Neste passo, há que investigar dois problemas:

1. qual destino teve o gasto militar e quais os seus efeitos na praça do Rio e nas províncias?
2. qual o significado de os títulos do Governo comporem grande parte dos ativos bancários?

Poucas pesquisas se fizeram sobre esse relevante assunto e o presente trabalho ainda que não venha oferecer a solução plena, pelo menos não se eximirá de apontá-la, realçando o seu significado histórico.

Dado o desenvolvimento subsequente da economia brasileira, é para a província de São Paulo que estarão, por ora, voltadas nossas atenções, na certeza de que aí encontraremos boa parte da solução.

Observamos, anteriormente, que não era provável um desenvolvimento significativo da manufatura nacional sob o impulso do gasto militar. A guerra foi mantida com o que preexistia no país: embarcações, animais e homens. São Paulo foi muito afetada por esse evento.

A província de São Paulo quase não produzia algodão em 1860. Porém, os mesmos conhecidos motivos que levaram ao incremento dessa cultura no Nordeste, aqui também atuaram. O rendimento dessa cultura, que pode ser considerado nulo em 1860/1865, atingia no período 1866/1869 metade do rendimento proporcionado pelo café, enquanto este se mantinha praticamente constante durante a década. (12)

O significado da cultura do algodão, todavia, é muito mais espetacular quando se atenta para o fato de que o café, que aparece na década dos 60 como produção paulista, é proveniente das regiões do Vale, tributárias, inegavelmente, da praça do Rio de Janeiro, e representativas do tipo de economia fluminense que, por extensão da fronteira, adentrou a província.

Se o Portuguese and Brazilian Bank instalava-se em Santos em 1867 era, pois, principalmente, o algodão que tinha em vista.

No entanto, não só o algodão exercia a atração sobre o operoso estabelecimento, mas, também, e fundamentalmente, a estrada de ferro, que vinha sendo construída desde 1860 e que foi concluída justamente em 1867, a Santos-Jundiaí.

(12) Ver quadro 9.

A revolução do transporte foi analisada pelos professores Cardoso de Mello e Wilson Cano. O primeiro é enfático: "tudo se iniciou com a introdução da estrada de ferro... única forma de rebaixamento dos custos..."⁽¹³⁾ O segundo, apoiado na excelência noção de complexo, conclui "que as ferrovias paulistas se constituíram numa das mais importantes atividades componentes do complexo cafeeiro preenchendo múltiplos papéis..."⁽¹⁴⁾

A órbita da circulação, fio condutor do nosso estudo, deve levar-nos ao estudo das fontes de capital-dinheiro que estão na origem do desenvolvimento do café em São Paulo. Para isso, são inarredáveis:

1. a cultura do algodão
2. a Guerra do Paraguai.

A estrada de ferro apontava geograficamente para regiões onde a cultura do algodão havia se alastrado. Na ausência da estrada de ferro, o sistema de transporte era o tradicional sistema de força animal que tinha na Serra do Mar um obstáculo a exigir-lhe imenso contingente de mulas para repor constantemente o desgaste que a natureza causava.

Com o advento da ferrovia até Jundiáí podia-se prever a liberação de um grande capital representado pelos mnares que, depreciação quando substituído, estaria fadado a integrar aquelas fortunas estêreis ou inativas de que nos falou Quesnay, no seu *Tableau Economique*.⁽¹⁵⁾

Por uma dessas coincidências que a História produz, dar-se-ia uma acumulação de fatores benéficos, no sentido de provocar verdadeira *mutilação* no complexo cafeeiro.

O Arsenal do Rio de Janeiro enviava os mantimentos de guerra (munições, produtos de farmácia etc.), para o porto de Santos, de onde deveriam seguir para a província de Mato Grosso, que era o palco inicial da guerra. Em Santos, um empresário contra-

(13) *Op. cit.*, p. 79.

(14) *Op. cit.*, p. 21.

(15) "Não deve entender-se simplesmente por fortunas que reentram na circulação as fortunas que se destroem, mas também as fortunas estêreis ou inativas que se tornam ativas e que são utilizadas, por exemplo, na formação dos adiantamentos para as grandes empresas da agricultura, do comércio e das manufaturas lucrativas ou na aquisição de bens de raiz cujos rendimentos reentram anualmente na circulação". (François Quesnay, *Quadro Económico*, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 108).

tado pelo Governo tomava as cargas e empreendia viagem serra acima para alcançar aquela província. A viagem era estimada via-vel dentro do prazo de seis meses. Nos documentos que pudemos consultar fica claro o seguinte: 1. metade do frete era pago no Rio; 2. uma parcela, geralmente 1/4 do total, era pago tão logo as cargas chegassem a Campinas, pausa natural da complicada viagem; 3. ordinariamente o total da carga para cada viagem era de 3.500 a 3.600 arrobas; 4. a média exigida em animais para cada viagem situava-se entre 660 e 700 mulas.⁽¹⁶⁾

Freqüentemente, a perda de animais durante a escalada da serra impunha ao condutor pesados prejuízos. Campinas tornou-se, assim, um entreposto de animais para reposição. Uma onda de riqueza invadiu a cidade, passagem e pouso obrigatório das tropas.⁽¹⁷⁾

Por essa época, no trecho entre Jundiáí e Campinas as tropas que se dirigiam a Santos carregam algodão:

"Nas sete léguas desta cidade até Jundiáí só encontrase tropas carregadas de algodão e vê-se todos os ranchos da estrada cheios de fardos desse produto agrícola", escrevia em 1867 o correspondente da cidade de Campinas⁽¹⁸⁾.

Um dos principais problemas da cultura do algodão era o custo de transporte, superior ao do café, dado o natural volume da carga.⁽¹⁹⁾ Se esse custo pôde ser suportado, isso deveu-se aos preços externos extremamente remuneradores pelo menos até 1866, quando ocorre forte baixa das cotações.⁽²⁰⁾ Com a procura de animais para os transportes dos mantimentos de guerra e a queda das cotações externas o algodão sofre rude golpe. Escrevia o *Correio Paulistano* já em dezembro de 1865:

(16) Os documentos em questão fazem parte do Relatório de Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra 1867-1872.

(17) Há, até, um caso de um tal Joaquim Alves Ferreira que havendo recebido como adiantamento a quantia de 75.000\$000, por havê-los "desparatado em bróditos e loucas ostentações, achava-se já sem víntem e endividado quando apenas havia vencido o terço da viagem..."

(18) Cf. Alice Canabrava, *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, Gráfica Siqueira, S. Paulo, 1951, pp. 76 e 77.

(19) *Idem*, *ibidem*, p. 260.

(20) *Idem*, *ibidem*, pp. 252 e segs.

"É fato incontestável que na atual guerra escasseiam diariamente as conduções e os condutores, visto como os animais tem sido comprados em subido número para os misteres da guerra..." (21).

Nos documentos por nós consultados chamou-nos a atenção o fato de que os carregamentos de guerra que chegavam a Campinas, e que, por qualquer motivo, não podiam seguir imediata via-cular o serviço a soldo do Ministério da Guerra. Dizia o procurador fiscal da tesouraria em Campinas num desses casos, já ter recebido propostas de tropeiros e fazendeiros importantes (desse número Salviano José Mendes, Antônio Vicente de Paula, José Teodoro dos Reis e Manuel Dias Ferreira)". (22)

Do exposto, conclui-se que o capital substituído pela estrada de ferro era passível de transformação em capital-dinheiro, posto que objeto de uma demanda concomitante e inesperada.

Assim, ao mesmo tempo em que se anuncia e se efetiva o rebaixamento dos custos de transportes pela ferrovia que vai até Jundiá, cria-se o capital-dinheiro que permitirá uma acumulação produtiva diferenciada — como veremos — no seio do complexo cafeeiro.

Sem esse capital-dinheiro, que é o antigo sistema de transporte, fadado a ser riqueza, mas que se transforma em capital, acreditamos que nada de novo se passaria tão rapidamente no Oeste paulista. A origem desse capital é, nessas condições, a própria origem do desenvolvimento subsequente da economia paulista.

Não queremos, com isso, dizer que o capital-dinheiro que dá origem à nova acumulação produtiva seja apenas proveniente da transformação do antigo sistema de transporte em dinheiro.

Porém — nisto insistimos — é porque este movimento ocorre, que outras fontes de capital-dinheiro brotam ulteriormente, e em curto espaço de tempo, criando-se, destearte, um processo acumulativo. (23)

Este processo reterá nossa atenção daqui por diante. Ele depende, visceralmente, como demonstraremos, da política monetária e do que se passa no Rio de Janeiro.

(21) Apud Alice Canabrava, *op. cit.*, p. 259.

(22) Resolução de 20 de outubro de 1879, n.º 71, dos documentos citados.

(23) Como veremos adiante, a Província de São Paulo até então padecia de extrema carência de liquidez, toda ela concentrada no Rio.

O seu significado histórico, porém, só poderá ser plenamente alcançado com o estudo das condições atuais e preexistentes de acumulação, financeira e real, nessas novas terras paulistas.

Para isso é necessário alinhar alguns outros fatores que se acumulam.

Se o preço do algodão é cadente durante o período da Guerra do Paraguai, (24) o do café conhece movimento inverso. A reconversão das terras ocupadas ao cultivo do café e a ocupação das terras virgens por essa cultura jamais poderão ser explicadas por esse fato, *mas, sim, pelas condições* que permitem aproveitá-lo. Examinemo-las.

Os agricultores podem desfazer-se do seu capital investido em transporte, mesmo nas regiões ainda não servidas por estradas de ferro, até que, (passados quatro ou até cinco anos) :

- a) o café possa ser colhido
 - b) a estrada de ferro venha de Jundiá para o Interior.
- Saldanha Marinho, usando de seu extenso tirocínio, falava em 1868:

"Basta dizer que a atual estrada de ferro finaliza seis léguas aquém do terreno produtivo dessa parte da província que a mesma estrada interessa, e que desde Santos até Jundiá nenhuma cultura importante é possível, para ficar convencido da necessidade do prolongamento da estrada ao menos até onde principia a haver verdadeira uberdade do solo e lavoura em estado mais considerável" (25).

Todos conhecem o ulterior: em 1872 a estrada (Cia. Paulista) chega a Campinas e já no primeiro semestre de 1873 a "sua renda líquida apurada foi mais do que suficiente para pagar 7% aos acionistas. (26) Itu, Mogi, Amparo, Rio Claro, Casa Branca vêem, em pouco tempo, trilhos e máquinas.

Essas ferrovias, por sua vez, imprimem novo vigor à acumulação, financeira e real:

(24) Cf. Alice Canabrava, *op. cit.*, p. 233.

(25) Cf. Eugênio Egas, apud Odilon Nogueira de Matos, *op. cit.*, p. 60.

(26) Essa era a taxa garantida pelo Estado. Para a questão, ver Adolfo Augusto Pinto, *História da Viação Pública de São Paulo*, Tipografia Vanorden e Cia., São Paulo, 1902, p. 184.

"Num primeiro plano cabe destacar sua atuação desbravadora da fronteira agrícola, tornando economicamente acessíveis as terras virgens do Oeste paulista (...) ou ainda a proporcional lucros privados nas transações de terras em que a propriedade privada já estava consoli- dada" (27)

Assim, ao lado da diminuição dos custos de transportes, as ferrovias criam um mercado de terras, permitindo novas fontes de acumulação financeira.

Em tão pouco tempo a revolução se operara. Mas, na sua gênese está fundamentalmente o capital-dinheiro, que tudo facilitou. Para ele concorreu a Guerra do Paraguai criando uma demanda de um capital, o mais importante de uma província ainda relativamente sem recursos, e abrindo uma "rota de despesas" que dá mobilidade aos recursos pré-existentes. O resultado é a grande disponibilidade de fundos líquidos em mãos de fazendeiros que permitem a espera da reconvenção das terras ocupadas ao cultivo do café que é a (mesma) espera da estrada de ferro.

Não se pode esquecer também que durante a guerra, ela própria cria uma oferta de força de trabalho inesperada; vários relatos nos dão conta de que, para fugir à guerra, muitos aceitavam trabalhar quase gratuitamente em fazendas e principalmente na construção de estradas de ferro.

A baixa do câmbio, no período final da guerra, que é justamente o momento da reconversão, fortalece ainda mais o rendimento das exportações, aumenta a renda provincial permitindo-lhe a garantia de juros. Enfim, tudo reforça o capital-dinheiro,⁽²⁸⁾ tanto mais que Campinas, dado o roteiro do provisionamento da guerra, é, durante o período, a principal cidade da província para onde aflui uma renda monetizada bem importante, proveniente de outras regiões.

Em tão pouco tempo a revolução se operara. Mas como explicar a velocidade?

Só a Guerra do Paraguai fornece o elemento chave para a sua compreensão: o papel-moeda, a nossa velha instituição que vai de encontro ao dinamismo do complexo escravista reencendendo-lhe as chamas para o advento do capitalismo.

(27) Cf. Wilson Cano, *op. cit.*, p. 11.

(28) Com este passo apresentamos nossa discordância com o trabalho do Prof. Francisco de Oliveira in *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 8, especialmente com sua declaração de que "não existe capital-dinheiro", p. 403.

O feliz e metecórico desenvolvimento da cultura do algodão, que dominou a região de Campinas, teve na baixa do câmbio que dominou a guerra o sucedâneo para a queda dos preços, mas as pressões do custo de transporte, na ausência da estrada de ferro, eram tais, que o abandono dessa cultura foi quase completo.⁽²⁹⁾

A natureza dessa cultura implicou, desde cedo, na contratação de homens livres, em grande parte provenientes de Minas Gerais,⁽³⁰⁾ que passaram a compor a oferta de força de trabalho à medida que esse cultivo era descartado.

Era suficiente ou estreita essa oferta para responder à demanda que o vigor da acumulação cafeeira provoca? Os números respondem por si mesmos:

Em 1866 contavam-se em São Paulo 80.000 escravos. Em 1873, 162.516 e no ano seguinte mais de 200.000 (31).

Tal como nos primeiros anos da década de cinqüenta, como foi visto, o mercado de escravos era mais uma vez viabilizado pela ocorrência de um equivalente monetário inter-regional: o papel-moeda, agora emitido para custeio da Guerra do Paraguai. Em papel-moeda, se criaria, então, necessariamente, o capital-dinheiro que está na origem de uma acumulação diferenciada e específica no interior do complexo cafeeiro. É este capital-dinheiro que vai mobilizar os recursos reais preexistentes na agricultura paulista, libertando-os do círculo de ferro do capital comercial, da mesma forma que provocará, com esta mobilização, abertura de novas fronteiras que orientarão os investimentos dos recursos financeiros também preexistentes na província.

A intrínseca velocidade de circulação do papel-moeda, dada a presença do metal, como sabemos, explica suficientemente bem a rapidez no aproveitamento de escravos.⁽³²⁾ E, que mais queria o veio exportador fluminense senão o papel-moeda para comprar títulos da dívida pública?...

(29) Cf. Alice Canabrava, *op. cit.*, p. 217.

(30) Cf. Alice Canabrava, pp. 108, 264 e 273, e também Joaquim Floriano de Godoy, *op. cit.*, pp. 116, 126 e 127.

(31) *Idem, ibidem*, pp. 126 e 129.

(32) Tivemos a curiosidade de pesquisar os preços dos escravos logo após a Guerra do Paraguai: eram exatamente os mesmos que prevaleciam antes da guerra. Cf. Taunay, *op. cit.*, vol. 7, pp. 420 e 421.

O papel-moeda em São Paulo e o título da dívida pública no Rio de Janeiro, ambos gerados pela Guerra do Paraguai, serviu, daí em diante, as mais lídimas expressões financeiras de duas economias que começaram a se diferenciar.

As moedas metálicas foram utilizadas pelo Governo argentino *in loco* da guerra e, mesmo, para importações de cavalos-moeda, a mais evidente presença do Estado no processo de circulação, efetivou a missão que desde há muito já se esboçara no complexo escravista. Todavia, deve-se notar que se o papel-moeda nos primeiros anos cinqüenta serviu à acumulação de acumulação, agora serve à paulista que será, entretanto, uma outra economia, a economia capitalista.⁽³³⁾

Vejamos alguns traços dessa economia que, já em 1875, estava o notável Joaquim Floriano de Godoy, que via um novo café integrando o "uso doméstico da classe menos abastada e a da proletrária".⁽³⁴⁾

Antes, porém, voltemos rapidamente ao Rio de Janeiro no ano de 1877.

Pareceu-nos extremamente interessante o relato de um fazendeiro dando contas ao jornal local das dificuldades que a estrada de ferro carregava ao seu universo econômico:

"Um chefe de estação de mentalidade burocrática recusara despachar o café porque as etiquetas eram de modelo antigo. O queixoso mandou um escravo, às pressas, à outra estação, adquirir formulários do último tipo. Fiquei surpreso, continuava a carta "ao constatar que a última diferença consistia num item a ser preenchido — valor declarado". O importante fazendeiro terminava sua carta desesperado: Ora! Sr. Editor, como poderia um fazendeiro que despacha café para seus comissários no Rio declarar no conhecimento o seu valor, quando este depende inteiramente do preço que prevalecerá no dia da venda, na praça do Rio? Como poderemos declarar o valor que só conheceremos depois de receber a nota de crédito dos nossos comissários?"⁽³⁵⁾.

(33) Por isso, concordamos com Paula Beiguelman (*op. cit.*, p. 11), a apreender a peculiaridade do conceito de Oeste Paulista "de maneira quartel do século passado". No entanto, não apenas para o último da mão-de-obra essa dissociação se impõe (como quer a outra) mas, sim, por tudo, pois se trata inequivocamente de uma outra economia.

(34) *Op. cit.*, p. 116.

(35) *Apud* Stanley Stein, *op. cit.*, pp. 128 e 129.

A imagem não podia ser mais expressiva. Não sem uma certa candura, aquele fazendeiro era a personificação resignada da unidade de produção dominada pelo capital comercial que engendrou um mundo inatingível pelo produtor.

Correríamos o risco de encontrar esse tipo de fazendeiro em São Paulo?

Não, absolutamente não!

Tschudi já nos revelava as peripécias de Vergueiro por volta dos anos sessenta:

"Vergueiro chegou ao cúmulo de mandar imprimir moeda-papel em forma de notas de banco, para com tal moeda pagar os colonos. Tenho em mãos a nota n.º 856, no valor de 1 mil-réis. Mas Vergueiro fez também imprimir notas de 2 e de 5 mil-réis. Fazia por este meio circular dinheiro que de fato não possuía, resgatando-o quando lhe entrava algum numerário... Lê-se igualmente que o Sr. Justino Franco em Limeira e o Sr. Lima em Rio Claro pagariam o valor desta nota em moeda legal. Estes dois homens eram pequenos proprietários de venda e quando um colono os procuravam para trocar uma destas notas em dinheiro corrente eles recusavam. O colono era, pois, forçado a comprar alguma coisa para receber o troco em moeda corrente"⁽³⁶⁾.

Isto não quer dizer que, por essa época, não haja dominação do capital comercial. O estabelecimento de Vergueiro tinha relações comerciais com a única casa bancária existente então em São Paulo, a *Gavião Peixoto*, que era sua grande credora e, também, de um sem-número de fazendeiros de menor importância.⁽³⁷⁾

(36) Cf. Tschudi, *op. cit.*, pp. 179 e 180.

(37) Em 1865, Vergueiro e Cia. achava-se em dificuldades para saldar suas dívidas com essa casa bancária e recorre, via hipoteca total de seus bens, ao Banco do Brasil na Corte. O documento em questão é de suma importância e, por isso, permitimo-nos a transcrição de seus trechos mais importantes: O presidente do Banco do Brasil ofera ao Conselho do Estado para ouvir sobre a pretensão de Vergueiro e Cia. sobre o empréstimo de 2.200.000\$000, sob hipoteca, com os escravos, da fazenda Ibicaba, "sita no distrito de Limeira com cerca de um milhão e quatrocentos mil pés de café, que podem produzir mais de cem mil arrobas de café, e escravos, e do sítio denominado Salinho, que lhe fica anexo, com proporções e terrenos preparados para a grande lavoura, e mais a Fazenda Angélica, sita no distrito de São João do Rio Claro, com plantações para produzir desde já cerca de trinta mil arrobas de café, também costada por colonos e escravos e com grandes plantações de algodão, prometendo

Porém, é de se notar, desde já, que o capital comercial não participa diretamente da produção, abtindo-se para o fazendeiro paulista alguma autonomia na acumulação financeira, insuficiente, porém, para, porquanto a sua liquidez é sempre pequena, e se, porventura, é forçado a alguma liquidação com a casa bancária os seus ativos imobilizados quase nada valem. Mas, é justamente isso que se altera com a Guerra do Paraguai, quando se originam meios de acumulação financeira independentes da intermediação tradicional, ou seja, fora do veio exportador.

uma produção avantajada, com enorme território próprio para a cultura do café e algodão, e mais diversas propriedades que possuem em diversas cidades da Província de São Paulo (...). Os estabelecimentos agrícolas e propriedades urbanas, que se oferecem em garantia do empréstimo pelos valores atuais, importam em cerca de 3.000.000\$000 e este valor poderão alcançar em uma liquidação lenta e normal, pelo que, pelo valor da garantia o negócio é perfeito e este existe de sobra nos bens que se hipotecam. Vergueiro e Cia. têm em vista liquidar seus negócios comerciais e dedicarem-se exclusivamente à agricultura (...).

Uma liquidação forçada da casa Vergueiro e Cia. acarretaria para a Província de São Paulo uma crise horrível, visto como, mantendo grandes transações com diversas casas importantes da província e sobretudo com a primeira bancária da cidade de São Paulo que tem em mãos dos mais importantes lavradores para mais de 6.000.000\$000 e sendo esta forçada ao recolhimento repentino desse capital, obrigaria aqueles lavradores à venda de seus estabelecimentos, que na escala em que se ofereciam, não poderiam achar compradores e assim se arruinariam, arruinando também aos seus credores e em geral a lavoura interna da província além de que participariam desta queda as casas comerciais de Santos (...). O único estabelecimento bancário que está em condições de prestar o auxílio que se solicita é o Banco do Brasil que, conquanto não tenha por objeto de suas operações auxiliar diretamente a lavoura, como banco nacional já reconheceu a necessidade de não deixar inteiramente desamparados lavradores inteligentes e honestos (...).

Essas são as razões expostas por Vergueiro e Cia.

Denegando a pretensão, assim se expressam as autoridades:

"1. Porque os estatutos do Banco do Brasil lhe vedam fazer empréstimos hipotecários; e os estatutos têm força de lei, depois da de 22 de agosto de 1860;

2. Porque, como ninguém ignora, tais operações são incompatíveis, não já só com a segurança e solidez dos bancos de emissão, mas ainda com as dos de simples depósitos e descontos, e a desastrosa influência que está exercendo, e há de continuar a exercer o curso forçado do papel do banco sobre nossa circulação monetária exige instantaneamente que, em vez de piorá-la, o Governo e a diretoria desse estabelecimento procurem repô-la em seu estado normal". (Resolução n.º 799, de 23 de junho de 1865, da Seção da Fazenda do Conselho).

Vergueiro e Cia. é, assim, ainda que já diferenciada, exemplo de um tipo de unidade produtiva incapaz de fazer frente à dominação do capital comercial.⁽³⁸⁾

Por seu turno, Gavilão Peixoto, alguns anos depois, já tem em vista a nova economia, e atende ao apelo de Saldanha Maranhão:

"Após os necessários entendimentos entre Saldanha Maranhão e a companhia inglesa, dos quais ficou assegurado que esta não se interessaria pelo prolongamento da linha até Campinas, realizou-se a 25 de janeiro de 1868 a primeira reunião de subscritores da nova companhia em organização (...). Presidiu a reunião o Senador Francisco Antônio de Sousa Queirós, integrando a mesa diretora os Srs. Bernardo Gavilão Peixoto, Maranhão da Silva Prado e Falcão Filho"⁽³⁹⁾.

No edital de chamada para subscrição são esses os nomes — juntamente com o Barão de Itapetininga — que figuram como diretores provisórios. E uma curiosidade: as subscrições devem ser realizadas por intermédio do Banco Mauá — agência de Campinas. Logo depois dizia Saldanha Maranhão:

"É o primeiro exemplo desta ordem no país. E a primeira Companhia Brasileira que, em ponto tão elevado, abstrai de capitais estrangeiros e se liberta do jugo comercial estrangeiro..."⁽⁴⁰⁾.

Não pode haver dúvidas. O capital comercial provincial participou associado, mas em situação minoritária dado o seu incli-piente grau de concentração relativo. O fazendeiro paulista não teria dificuldades com a estrada de ferro... A circulação lhe pertence. E, é isso que Pierre Monbeig percebeu:

"No tempo onde os solos virgens não faltavam o fazendeiro tinha cuidados de um industrial e de um negociante mais que aqueles de agricultor..."⁽⁴¹⁾.

(38) Para Ibcaba, ver *História Geral da Civilização Brasileira*, o Brasil Monárquico, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, vol. 5, pp. 256 e segs.

(39) Apud Odilon Nogueira de Matos, *op. cit.*, p. 60.

(40) Apud Célio Debes, *A Caminho do Oeste*, S. Paulo, 1968, p. 98.

(41) *Pionniers et planteurs de São Paulo*, Armand Colin, Paris, 1952, p. 87.

"O movimento pioneiro era dirigido pelas grandes famílias de fazendeiros bastante ricos até para fundar casas de exportação... As vezes funda ele mesmo uma casa de comércio ou vem aí participar como associado" (43).

Em 1875, Joaquim Floriano de Godoy dizia:

"A lavoura de São Paulo não tem estabelecimentos de crédito que a auxiliem (...). Ao Governo compete auxiliar a lavoura ou ampliando os meios de Banco do Brasil em larga escala ou animando em São Paulo a criação de bancos territoriais com a concessão do juro de 7%. A garantia do Estado atrairá numerário estrangeiro e ao mesmo tempo lançará em circulação os avultados capitais particulares hoje em mãos dos lavradores" (44).

Mas, exatamente essa independência dos "lavradores", em relação aos estabelecimentos de crédito, possibilitada pelo seu capital-dinheiro, é que lhes permite comandar o processo de acumulação. Lembra-se que o Banco Agrícola e o Comercial de Campinas, que já em 1870 tem autorização para funcionar,⁽⁴⁵⁾ não consegue realizar o seu capital,⁽⁴⁶⁾ numa evidente prova de que a acumulação bancária é subordinada à acumulação produtiva da cafeeira. É do Banco Mauá — agência de Campinas — (mais uma ironia da História ligada ao nome de Mauá) de que se valem os novos pioneiros, mas para aumento do capital cafeeiro.

Os Sousa Queirós, os mais autênticos representantes da nova economia, grandes fazendeiros de café, são os fundadores das fábricas de tecidos de Constituição e Campinas, logo nos primeiros anos setenta.⁽⁴⁷⁾

Nesse mundo novo que se anuncia, quando do estabelecimento de uma rede bancária, o fazendeiro, que exporta pode até não saber o preço de seu produto no momento de consi-

(42) *Novos Estatutos sobre terras*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1957, ps. 88 e 89.

(43) *La croissance de la ville de São Paulo*, Revue de Géographie, Alpine, 1953, vol. XLI, p. 84.

(44) *Op. cit.*, pp. 129 e 130, grifos nossos.

(45) Cf. *Relatório da Fazenda*, 1872, "Adiantamento", p. 103.

(46) Cf. *Almanak da Província de São Paulo*, "Campinas", 1873.

(47) Cf. Alice Canabrava, *op. cit.*, p. 287.

não à estrada de ferro, porém — e aqui está o essencial — saca adiantado pelo valor que ele próprio atribui às mercadorias. A retenção em suas mãos da importância líquida proveniente da venda não permite que dela se valha um agente comercial, como era o caso do comissário, e dos bancos do Rio para apurar juros ou, mesmo, via crédito, canalizar esses recursos em aplicações "fora da produção".⁽⁴⁸⁾

Na eventualidade de quedas de preços externos do café, esse novo mecanismo significa que o ônus real não recaia integralmente sobre o capital do fazendeiro. Uma vez que o fazendeiro saca adiantado, será antes na órbita da circulação que esse ônus incidirá, e, aí, se puderem, os agentes do comércio, que se encarreguem de transferi-lo ao mercado, via lucro comercial.

Em realidade, a economia que nasce nas circunstâncias históricas apontadas, é uma economia *integrativa* sob a égide do capital cafeeiro. Integrativa, não tanto pelo fato de que o fazendeiro, dotado de permanente e multiplicada liquidez, possa realizar funções bancárias e comerciais, mas, *fundamentalmente, porque não se criam no seu seio, setores dotados de relativa autonomia, de tal forma que o consumo deixe de ser consumo produtivo*. No Rio de Janeiro, como vimos, criou-se um "setor urbano", que orientou o consumo para longe dos interesses inerentes à produção. Ali, a transferência do excedente monetizado dava-se à revelia dos requisitos de formação real de capital, do que resultou um sistema financeiro hipertrofiado, ele próprio expressão da economia mercantil ali prevalecente.

É esse mecanismo de dominação do capital cafeeiro produtivo, subordinando a transferência do excedente monetizado ao seu ritmo de acumulação, que está na gênese da diferenciação urbana das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, e que vai fazer, "marchê du travail", muito antes de ser um mercado de produtos agrícolas ou industriais.⁽⁴⁹⁾ Na Sebastianópolis de Ferreira Soares, o reverso.⁽⁵⁰⁾

A constituição de uma economia integrativa, cujo peso relativo no complexo é, ainda pequeno, nos anos setenta, passa pelo

(48) Agradecemos ao colega Prof. Luiz Tannuri a discussão desse ponto, a partir de dados de suas pesquisas.

(49) Pierre Monbeig, *La croissance...*, *op. cit.*, p. 86.

(50) Para o traçado das diferenças entre os dois tipos de fazendeiros ver Fernando Henrique Cardoso, *Mudanças Sociais na América Latina*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1969, capítulo VIII.

equacionamento de uma política provincial global. E bem isso que realizam os homens do café paulista, ao controlarem a oferta de trabalho adequada à acumulação real; uma oferta que inicia com os homens livres provenientes da cultura do algodão e escravos preexistentes, reforça-se com o mercado de escravos provinciais, e que se consolida com a imigração. Esta generaliza vez a produção de mercadorias.

Antônio Prado é presidente da Caixa Filial do Banco do Brasil. A Assembléia provincial é ocupada pelos produtores, de maneira que o excedente da renda provincial de exportações, de tal (1.900.000\$000 já em 1874/1875) reverta diretamente em impostos seja na imigração (desde 1871 já se financia a passagem,⁽⁵¹⁾ seja na garantia de juros. Em outras palavras, não há vazamento nessa economia, que permita o surgimento de setores relativamente autônomos. O capital (*tout court*) comanda.

Essa política global chegou ao requinte de graduar os impostos de exportação segundo o produto, no caso para proteção do algodão, o qual não podia suportar as mesmas taxas do café. Antônio Prado patrocina essa idéia.⁽⁵²⁾

Para coroar a acumulação de tantos fatores favoráveis, os preços externos do café, a partir de 1872/73, aumentou quase 100%,⁽⁵³⁾ e se a taxa cambial não favorece o exportador em termos de renda em mil-réis, favorece a importação, pois situa-se em níveis altos, próximos à paridade.

Ora, o que se deve reter aqui é que, se a taxa favorece a importação (e o período marca grandes importações de máquinas para as fábricas têxteis em São Paulo, conclusão das estradas de ferro, maquinário para fábricas de vinhos, beneficiamento do café) são os exportadores paulistas que se valem do maior poder de compra no exterior, pois nesta economia não há velos. Isto quer dizer que facilidades de importação revertem em favor da exportação. Em suma, nada parecido com o que vimos até aqui no Rio de Janeiro...

Divisado o sentido da segunda proposição inicial, que compreende o exame do significado do fato representado pelos títulos governamentais compondo grande parte dos ativos bancários, é de se voltar ao Rio de Janeiro.

(51) Para o assunto, ver *História Geral da Civilização Brasileira*, op. cit., vol. 5, p. 279.

(52) Cf. Alice Canabrava, op. cit., p. 249.

(53) Cf. A. Delfim Neto, op. cit., p. 20.

Dizíamos, ao final do capítulo anterior, que, como consequência da crise do Souto, o sistema bancário polarizava-se em torno do Banco do Brasil, de um lado, e dos bancos estrangeiros, de outro. Vimos que, após a guerra do Paraguai, a prática governamental de obtenção de recursos por meio de apólices, que em princípio deveria cair em desuso, intensificava-se extraordinariamente. Dessa maneira, um inevitável esvaziamento bancário, que se pronuncia, não faz senão reforçar aquela polarização.

Tal situação, envolvendo a praça do Rio de Janeiro no início dos anos setenta, é essencial para que se possa compreender todo o período que se estende daí até 1890, o qual na verdade, pertaz 20 anos de crise financeira. A famosa crise de 1875 não é senão uma das manifestações mais evidentes dessa situação.

O importante, para que se proceda à sua correta avaliação, é considerar, desde já, que a Guerra do Paraguai constituiu seu marco inicial, que daí em diante, há manifestamente a coexistência de duas economias cuja interação ao nível financeiro é contraditório e cuja expressão é a própria crise. E que fique claro, também, que a política monetária e financeira não atenta para essa coexistência, o que, de resto, é essencial para compreendê-la.

O primiero sintoma de anomalia é o "desaparecimento", no Rio, do papel-moeda. Um papel moeda que "deslocou-se ou retirou-se", como noticiavam jornais e articulistas da época.

Mas, dada a sua elevada participação no meio circulante, a precupação governamental é, invariavelmente, a sua retirada. Já Rio Branco, nos anos de sua gestão, proclamava a imperiosa necessidade de retirá-lo da circulação.⁽⁵⁴⁾

Entretanto, as obrigações do Governo eram inadiáveis. Valtosos pagamentos, indenizações de caráter militar, obras públicas, e, mesmo, o apoio quase incondicional que Rio Branco devotou a seu amigo Irineu Evangelista de Sousa, em dificuldades financeiras, fizeram com que os déficits orçamentários se multiplicassem e fossem cobertos com receitas extraordinárias, isto é, por meio dos títulos da dívida pública.

O Banco Alemão Brasileiro, instala-se em meados de 1875 visando a obter do Governo faculdade emissora. Para tanto, em presta dinheiro ao Governo, que, ao que se sabe, repassava-o ao Banco Mauá, cada vez mais em dificuldades, principalmente com sua agência no Uruguai.

(54) Ver Taunay, op. cit., vol. 6, p. 8 e Cláudio Pacheco, op. cit., vol. IV, p. 372.

Para se ter uma idéia dos níveis a que chegou a retenção total dos depósitos bancários ascende a aproximadamente 60.000 contos em caixa.⁽⁵⁵⁾ E não é necessário dizer que o Banco do Brasil era praticamente o único a receber depósitos, e tantos bancos, como afirmava Sousa Carvalho, "o Governo matou-os". Na verdade, é a Caixa de Amortização o novo olimpo da vida econômica da Corte,⁽⁵⁶⁾ e todos os mecanismos funcionam para que, cada vez mais, os recursos monetizados funcionem juros dos títulos oficiais:

"O Governo ao passo que obrigava o Banco do Brasil a dar dinheiro sobre hipotecas ao juro de 5% anunciara receber ele próprio dinheiro 6% por letras do Tesouro, de modo que seria uma operação lucrativa emprestimos para ganhar sem o menor risco um por cento" (57).

A crise de 1875, em maio, quando sucumbem o Banco Mauá e o Banco Nacional, em meio ao trágico ambiente marcado pelo suicídio do gerente do Banco Alemão,⁽⁵⁸⁾ foi caracterizada pela praça como uma "crise de numerário"; liquidez quase nula, altas simas taxas de juros para operações de desconto. Como promoção palpável, ao nível da praça do Rio, essas circunstâncias promoveram, mais uma vez, um movimento de concentração do capital comercial, "à custa das firmas mais modestas":

(55) Cf. Calógeras, *op. cit.*, p. 167 e Sousa Carvalho, *A crise da Praça em 1875*, Rio, Tip. do Diário do Rio de Janeiro, 1875, p. 89.

(56) "Que os cautelosos e comedistas *rentiers*, os viajantes que desfrutam deliciosamente os gozos suaves e tranquilos das cidades europeias, nada achem melhor e mais seguro do que a laboriosa tarefa de receber, por si ou por seus procuradores, duas vezes no ano, os seus juros na Caixa de Amortização, ou algumas vezes, no tesouro receber os juros e reformar as letras; que os bancos mais sérios e prudentes adolem o mesmo sistema é coisa que está ao alcance de todas as inteligências" (Sousa Carvalho, *op. cit.*, p. 74).

(57) Cf. Sousa Carvalho, *op. cit.*, p. 7.

(58) Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *O Brasil Montânico*, in História Geral da Civilização Brasileira, vol. 7, Difel, São Paulo, 1972, p. 171.

"Este movimento baseava-se menos na necessidade de atrair os consumidores pela redução dos preços do que na impossibilidade de comprar, sentida por casas de comércio pequenas, em presença de despesas avultadas, capitais caros e vendas limitadas. A concentração era, pois, mais um sinal de decadência do que de prosperidade" (59).

É necessário entender esse movimento de concentração comercial como resultado de cinco anos em que o esvaziamento do movimento bancário correspondia, de um lado, à tentativa dos bancos de fazer face à situação elevando os juros dos seus depósitos e de procurar o Tesouro ou o Banco do Brasil, e de outro, à inevitável elevação da taxa de descontos.

Os empréstimos bancários, que timidamente têm alguma significação, são aqueles garantidos por hipotecas de imóveis urbanos e rurais. No entanto, o crédito hipotecário é manifestamente insuficiente para atender à demanda, visto que, mais uma vez, são os títulos da dívida pública os preferidos pelas disponibilidades partilhadas e bancárias.

Com a crise, o Governo suspende o lançamento de seus títulos na tentativa de desafogar a liquidez bancária, mas é obrigado a lançar mão da emissão. As discussões sobre as bases em que deverá ser feita, papel-moeda ou bilhetes do Tesouro, terminam pela preferência destes, com a famosa lei de 29 de maio de 1875, pela qual o Governo era autorizado a emitir até 25.000.000\$000.⁽⁶⁰⁾

A simples preferência dos bilhetes, ao invés do papel-moeda, revela — dado os juros dos primeiros — que o problema do Governo é o aumento da liquidez bancária, e não o de colaborar para a diminuição da taxa de juros na praça. Destarte, à acentuação da melhoria dos encaixes justapõem-se os elevados juros afetando o comércio.

Esse quadro anômalo, que se delinea claramente com a crise de 1875, e que é o resultado da força do Estado e de sua intervenção.

(59) Cf. Taunay, *op. cit.*, vol. 6, p. 60.

(60) Pela mesma lei o Governo era autorizado a emitir, mais uma vez, aquela quantia em moeda. Assim a autorização total era de 50.000.000\$000. A *autorização* levou Dênio Nogueira e Carlos Pelaez a escreverem: "A emissão autorizada foi de 24% de M1 e de 20% de M2. Tais acréscimos tão significativos (...) resultaram em substanciais aumentos do estoque monetário quando não havia mais necessidade de qualquer ação de caráter monetário" (op. cit.). Na verdade a emissão não ultrapassou 9.148:500 (ver Calógeras, *op. cit.*, p. 173).

venção na vida econômica pelo aumento desmesurado da dívida pública interna, deve ser analisado sob vários ângulos.

Em primeiro lugar, vale considerar que a praça do Rio Janeiro perde vitalidade e, assim, reduz-se a sua capacidade de importação. Nos primeiros anos setenta, na pauta de capacidade de município da Corte, os bens de consumo. A alta da taxa de procura durante o período, como vimos, favorece a importação, mas não a do Rio de Janeiro, e sim, a de São Paulo, que é responsável pelo aumento relativo dos itens de bens de capital.

Na verdade, há de ser pesado a favor de São Paulo outro fator: é que a prática do lançamento dos títulos da dívida pública em escala tão desmesurada durante e depois da Guerra do Paraguai,⁽⁶¹⁾ e a perda da vitalidade da economia fluminense decorrente, ali mantiveram o nível de preços ao passo que provavelmente havia grande valorização das terras e outros bens na província.⁽⁶²⁾ Assim, a transferência de recursos, principalmente a mão-de-obra escrava, era igualmente facilitada.

Essa análise, por certo, deve chocar aqueles que, diante das grandes emissões durante a Guerra do Paraguai, pensam unicamente em inflação, influenciados pelas lições quantitativistas:

"No primeiro período de queda dos preços do café (1862/1869), o aumento do estoque monetário e a inflação daí resultante tiveram sua origem, em parte, na política monetária liberal implementada para sua recessão de 1864. Mas a principal causa da inflação residia no financiamento da Guerra do Paraguai (1864/1870)." ⁽⁶³⁾

Houve, sim, emissão, houve aumento do estoque monetário, mas, daí concluir-se por um surto inflacionário, só mesmo pelo atalho que deixa ao largo a especificidade da economia que se pretende analisar.

A menos que haja alguma confusão entre produção e inflação, é de se concluir que as opiniões sobre a susposta inflação durante a Guerra do Paraguai são infundadas.

A produção interna manufatureira não podia sofrer inflação "de demanda", como vimos. Depois, o financiamento, por meio do lançamento de títulos da dívida pública, não é propriamente o que

(61) Ver quadro n.º 11.

(62) Cf. Joaquim Floriano de Godoy, *op. cit.*, p. 126.

(63) Cf. Dénio Nogueira e Carlos Pelaez, *op. cit.*

se poderia chamar de financiamento inflacionário... Ao revés, por seu intermédio, houve um deslocamento da procura por bens importados, em favor do Estado. Terminada a guerra, no Rio, a persistência desse financiamento induziu à perda de capacidade de importar, ao mesmo tempo em que a queda relativa dos preços favorecia a produção acelerada em São Paulo, que se manifestara mesmo durante a guerra.

Interessante é ler Caio Prado Júnior, que já afirmava:

"As fortes emissões realizadas durante a Guerra do Paraguai foram logo absorvidas normalmente" ⁽⁶⁴⁾.

Começamos agora a entender o porquê.

A emissão de papel-moeda, durante a guerra, não poderia ter outro sentido, como está fartamente demonstrado, senão o de mover internamente o dinamismo subjacente do complexo escradegrado da "teoria", significou aumento de produção interna para o mercado interno. Pensamos, aqui, particularmente, no fato de que a mão-de-obra livre, devotada à produção de algodão, incrementou a produção dos bens que compunham a então chamada "pequena lavoura", cuja oferta aumenta em São Paulo *pari passu* com o desenvolvimento ferroviário, e com o plantio da grande lavoura, o café.⁽⁶⁵⁾ Criam-se em São Paulo, portanto, de imediato, as pré-condições de reprodução da força de trabalho, cuja ocorrência determina necessariamente inusitados requisitos de estoque monetário.

Os índices de custo de vida de Onody⁽⁶⁶⁾ para o período, calculados à base das tarifas das alfândegas, nos dão conta de que os aumentos do custo de vida são constantes durante os quinze anos que vão de 1860 a 1875. Levando-se em consideração as emissões e a depreciação da taxa cambial que ocorrem durante a Guerra do Paraguai deve-se concluir pois que há produção e não infla-

(64) Cf. Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1962, p. 205.

(65) Ver Joaquim Floriano de Godoy, *op. cit.*, pp. 125 e seqs. e ainda Este autor nos relata a auto-suficiência paulista em "bois, milho, feijão, porcos, açúcar, café e algodão".

(66) Ver Oliver Onody, *A Inflação Brasileira (1820-1958)*, Rio de Janeiro, 1960.

ção. Para os quantitativistas que pretendem que emissão significa inflação, deve-se dizer ainda que uma emissão de papel significa pode significar, de imediato, o entesouramento das moedas metálicas, não se operando, destarte, aumento do meio circulante. Não é esse o caso da Guerra do Paraguai, mas essa possibilidade deve ser levada em conta, quando se trata de emissões. . . . Com o que vimos é possível estabelecer o liame entre a política monetária, o sistema de crédito, o perfil que assume a praça do Rio de Janeiro, a concentração do capital bancário e comercial e o surgimento do capitalismo em São Paulo.

Vejamos mais de perto a situação do Rio de Janeiro. A situação ali conduz à tentativa de reequacionar o problema das hipotecas, visto que os recursos para tal finalidade eram limitados, e o reembolso desse tipo de empréstimo, se é, por razões óbvias, bastante acessível aos fazendeiros paulistas, (67) no Rio, suas dificuldades são as mesmas em que se acha envolto o capital comercial. Em novembro de 1875, fez-se nova tentativa, agora com o apelo aos capitais estrangeiros, com juros garantidos pelo Estado. A lei de novembro daquele ano autorizou a criação de bancos territoriais, com garantia de juros de 7% aos capitais estrangeiros que se aventurassem. O malogro repetiu-se, e já em 1877 a princesa Isabel deplorava sua inexequibilidade, (68) depois de o Barão Europa a lei fora "recebida com certa repugnância". (69)

Na realidade o problema, no Rio, já não era o crédito hipotecário, mas, sim, a propriedade hipotecável. A lei expressamente vedou as hipotecas urbanas, o suficiente para vir a ser letra morta, uma vez que a garantia real fundada no escravo tornara-se inviável. No entanto, a lei estendeu os favores da garantia de juros aos engenhos centrais. Por volta de 1880 essa garantia revelou-se gran- de fonte de especulação, tendo os concessionários vendido em Londres seus privilégios com fraudes. (70)

O apelo ao capital estrangeiro é concomitante à crise de liquidez no Rio. Sousa Carvalho dizia que o Brasil para o seu desenvolvimento e prosperidade não necessitava somente de braços, mas, também, de capitais, e na Europa é que deveria buscá-los.

(67) Ver Joaquim Floriano de Godoy, *op. cit.*, p. 150.
 (68) Cf. Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*, Cia. Melhoramentos, São Paulo, 2ª edição, 1925, p. 332.
 (69) Cf. Castro Carreira, *op. cit.*, p. 468.
 (70) Cf. Castro Carreira, *op. cit.*, p. 496.

Propunha que o Governo "empregasse todos os meios para ir convertendo a dívida interna em externa".

A idéia ganhou o Governo; os empréstimos externos de 1871 e 1875, num total de 8 milhões de libras inscrevem-se, em grande parte, nessa política, ou seja, constituem empréstimos para cujos produtos havia sucedâneo interno. (71)

Deste modo, a dívida externa, que até a Guerra do Paraguai — e após os empréstimos "coloniais" —, significou incremento líquido de capitais produtivos, notadamente para transporte ferroviário, a partir daí assume nova perspectiva. Despesas ordinárias e extraordinárias, que muito bem poderiam ter sido cobertas com simples emissão de papel-moeda, ou, mesmo, com aumento de certos impostos, são cobertas pela dívida externa. Para provar, basta notar que o flagelo da seca de 1877-1879 (72) exigiu, em maior volume, aquela outra solução.

Interessante é observar a política tributária do Governo. Durante os longos anos de aumento da dívida pública interna, pelo menos até 1877, a carga tributária em geral diminui. Em 1870, ficaram isentos de quaisquer impostos "os gêneros já despa-chados para consumo, bem como os nacionais transportados de uns para outros portos do Império". (73)

Mostrava-se verdadeiramente anômala a situação, visto que, na despesa, avultava a participação dos juros pagos pelos títulos da dívida pública. Silveira Martins, em 1878, chama patética- mente a atenção para o problema:

"... chegará o país ao triste estado de ser absorvida a renda pública pelo juro dos empréstimos" (74).

Todavia, se a carga tributária interprovincial, nos anos em que havia decrescido (a lei de 20 do outubro de 1877 cria nova- mente direitos interprovinciais), não promove a receita geral, é de se lembrar que para São Paulo constituiu novo fator benfazejo já que Santos recebia, "por cabotagem", os artigos de importação

(71) Ver justificativas para os empréstimos feitas por Rio Branco, *Relatórios de 1871 e 1875*.
 (72) Ver Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 248 e Taunay, *op. cit.*, vol. 6, pp. 67 e 72.
 (73) Cf. Castro Carreira, *op. cit.*, p. 430.
 (74) *Idem, ibidem*, p. 489.

e os nacionais, principalmente itens de alimentação. O mesmo é verdade no que se refere à taxa de escravos, que dobra só em 1880.

O certo é que, a partir de 1878, o Governo central invierte a corrente, chegando a retirar da alçada provincial alguns investimentos. A carga tributária aumenta genericamente, principalmente a gestão de Ouro Preto, em 1879. Não se cogita do imposto sobre o rural, mas chega-se a gravar, incriveiramente, principalmente nos portes urbanos, o que gerou o famoso "moim do Vintém", bem narrado por Sérgio Barque de Holanda.⁽⁷⁵⁾

Toda a inversão da política tributária, em 1880, nada mais é do que o corolário natural de dez anos de empréstimos públicos lançados na praça do Rio. A insuficiência da receita ordinária para fazer frente aos juros dos títulos da dívida pública obriga o governo a "remeter" novamente ao Rio de Janeiro, via impostos, grande parte dos recursos, até então "vazados", da economia mercantil fluminense.

Evidenciava-se que o segmento bancário nacional, em 1880, não tinha condições de enfrentar a crise de liquidez. O Banco do Brasil primordialmente, tem seus ativos aumentados via impostos, uma vez que, além de seus próprios títulos da dívida pública, conta com os mesmos em cauções particulares, e em grande volume. A proposta de Ouro Preto, em 1879, para que seja extinta a Caixa de Amortização, com a transferência obrigatória das funções para o do Banco do Brasil, é decorrência de suas condições de fato.⁽⁷⁶⁾

Essa inversão da política tributária, imposta pelo reconhecimento dos rendimentos sob a forma de juros pagos ao capital comercial centrado no Rio de Janeiro, surpreende a província de São Paulo, com dez anos já de um crescimento "auto-sustentado", e plenamente capacitada para encetar novo e definitivo ciclo de importação de mão de obra estrangeira.

A situação no Rio de Janeiro é todavia muito diferente. Para abordá-la com precisão é mister qualificar o sentido de nossa afirmação de que a praça do Rio desvitalizou-se e, como consequência imediata, perdeu sua capacidade de importação, o que, também, muito favoreceu a província vizinha.

A concentração que se opera no capital comercial não podia deixar de ter como consequência uma diversificação de investimentos, notadamente em transportes e empreendimentos industriais.

(75) *Op. cit.*, pp. 248 e segs.

(76) Cf. Castro Carreira, *op. cit.*, p. 489.

Essa concentração ocorre num momento em que novos bancos buscam justamente novos clientes que lhe permitam enfrentar a concorrência polarizada do sistema bancário. Bancos, como o Nacional, proveram fundos para a incorporação de companhias, como a Macaé Campos e o Banco Alemão, para estabelecimentos têxteis no Rio de Janeiro.⁽⁷⁷⁾ Estas empresas, normalmente grandes empresas para a época, têm como fundadores geralmente comerciantes ou, ainda, o capital de risco estrangeiro.⁽⁷⁸⁾

Assim, procedendo à imobilização de seus capitais, esses bancos, e o concentrado capital comercial, passaram a dispor de grandes quantidades de ações dessas companhias. Porém, a conjuntura monetária era a que vimos, e assim, dada a procura dos títulos da dívida pública, essas ações tinham baixa liquidez.

Diante dessa situação, inibindo um potencial mercado acionário, a proposta dos bancos, que arcararam com financiamento desse tipo, é de que o Governo autorize cauções de ações, ao invés de cauções de títulos da dívida pública, a fim de manter-se de liquidez para as suas operações. Em face da crise de liquidez, propõe-se que os próprios títulos governamentais sejam aceitos pura e simplesmente como dinheiro. O porta-voz abalizado desses interesses é Sousa Carvalho:

"... nada obsta que valores como as letras ou apólices do Governo, títulos que devem merecer mais crédito que o papel-moeda do mesmo Governo sejam também geralmente recebidos nas transações em substituição dessa moeda-papel que agora é difícil de deslucir-se ou retrair-se. Proteger os títulos da renda pública, no meio de uma crise tão descuidada pelo Governo é proteger apenas o egoísmo dos capitais seguros e acatados à sombra do crédito nacional"⁽⁷⁹⁾.

É necessário ter-se em conta essa oposição de interesses econômicos, não só para a qualificação da "perda de vitalidade importadora" do Rio como, também, para a compreensão dos contornos que delineiam a sua industrialização. Na verdade, trata-se da concretização da oposição rural-urbana, que germinara nos primeiros anos cinquentista, e que assume feições cada vez mais

(77) Cf. Stanley J. Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1957, pp. 27 e segs.

(78) *Idem*, *ibidem*, pp. 30 e 32.

(79) Cf. Sousa Carvalho, *op. cit.*, ps. 14 e 35.

concretas a partir de 1875. Só que, agora, essa oposição tem a delimitação a concentração do capital comercial.

A dívida pública exactada não teria, em princípio, o condão de projetar a economia urbana na crise que vimos, e outras instituições complementares fossem acionadas pela política econômica, tendentes a conferir aos próprios títulos da dívida pública a sua negociabilidade.

Referimo-nos essencialmente às ações. As do próprio Banco do Brasil, que poderiam, em princípio, ser objeto de forte procura hipotecária com juros inferiores aos dos seus próprios títulos, estava, pois, "seguro e acatado" sob a classe de títulos. O vedou a constituição de sociedades sem autorização do Governo, continua em vigor, desde 1860.

Assim, a constituição de novos empreendimentos de natureza industrial tinha um freio, justamente adaptado à concentração do capital comercial. As sociedades autorizadas só o seriam se dessem provas ao Governo de capacidade de autofinanciamento, visto que o mercado acionário, que em tese poderia proporcionar fundos para esses empreendimentos, era inexistente. Daí que as empresas velmente, com sérios problemas de crédito. (80)

Em seguida, deve-se cogitar que um freio natural à procura de títulos da dívida pública era a possibilidade de sua negociação, ou seja, de outras alternativas. Aquela dependência, então, não só de oportunidades de outros investimentos, mas, também, do mercado de dinheiro. Ora, a política monetária é invariavelmente restricionista dos meios de pagamento, com o que se ilustra, mais uma vez, os óbices à reconversão da riqueza passiva, representada pelos títulos da dívida pública, em capital produtivo.

Vê-se que a polarização do sistema bancário, sob a égide do Banco do Brasil, com cofres repletos de títulos da dívida pública, e a alta taxa de juros, impediam que os próprios valores do Estado se convertessem em dinheiro para outros fins. Não é necessário recordar que a economia paulista capitalista, por essa época, em

(80) Ver Stanley J. Stein, *The Brazilian...*, onde o autor relata as dificuldades financeiras das empresas têxteis do Rio, a *Brazil Industrial* (pp. 28 e 29) e *Petropollana* (pp. 30 e 31).

adiantado desenvolvimento relativo da produção interna para o mercado interno, não sofria problemas de liquidez, apesar do incipiente desenvolvimento bancário...

Portanto, força é insistir mais uma vez. A constituição da dívida pública interna, nas condições em que se deu, é — juntamente com o destino do gasto militar durante a Guerra do Paraguai — o fato mais importante e determinante do perfil que assume o complexo, agora inequivocamente abrangendo duas economias: a comercial, no Rio, e a capitalista, em São Paulo.

A industrialização do Rio só terá tragada suas linhas essenciais a partir dessa consideração. O congelamento da riqueza gerado pela dívida pública, induzindo à concentração do capital comercial e inibição do sistema bancário, faz com que a indústria têxtil (e mesmo os engenheiros centrais) não disponha de mecanismos de acumulação financeira. E, considerando-se a "lei dos entraves" e a decorrente exigência de capacidade financeira autônoma para a sustentação industrial, outro não poderia ser o traço distintivo dessa indústria senão a grande "planta" instalada a partir de poucos, porém, imensos capitais.

Stein, na sua obra clássica — *The Brazilian Cotton...* — parece não se dar conta dessa contingência institucional, pois quer atribuir esses traços originários da indústria têxtil fluminense à tradição portuguesa de que "o segredo é a alma do negócio", (81) quando, realmente a indústria do Rio brota da concentração do capital e da própria crise que a envolve; e que a estratégia justamente pela impossibilidade de provisão de capital de giro, pois, que, como vimos, o sistema bancário encontra-se inadaptado para tal.

A alteração da política tributária, em 1880, vem indiretamente beneficiar essa indústria, uma vez que as tarifas também se inscrevem na política de reforçar a receita ordinária do Estado, às voltas com as pressões para pagamento dos juros dos seus títulos. Todavia, como nota Stein, tal elevação das tarifas teve mais o condão de despertar um espírito protecionista (82) do que efetiva vá-la imediatamente. O resultado desse movimento foi a fundação da Associação Industrial em 1881, um grupo de pressão atuante no sentido da política protecionista. Pode-se, também, entender como alteração da política do Estado em favor da indústria a revogação, em 4 de novembro de 1882, da "lei dos entraves" que vigo-

(81) Cf. Stanley J. Stein, *op. cit.*, p. 27.

(82) Ver Stanley J. Stein, *op. cit.*, pp. 15, 18, 81 e segs., e Nicia Villca Luz, *op. cit.*, pp. 50 e segs..

rou, portanto, durante 22 anos. Companhias ou sociedades anônimas poderiam estabelecer-se, agora, sem autorização do Governo, à exceção dos bancos de circulação.⁽⁸³⁾

No entanto, necessário esclarecer que essa alteração de lei, mais prementes, e o Estado não pode arcar com financiamento de política ainda em 1884, o que se observa é a preeminência das apólices do Governo em meio a uma situação agrícola que se agravava. Assim, Andrade Figueira diz, no Parlamento, que "o povo já perdeu a confiança na única indústria que alimenta a nossa riqueza, a indústria agrícola. Os capitais só procuram agora emprego nas apólices, não enxergando segurança em outra parte".⁽⁸⁴⁾

Entretanto, deve-se argumentar que o congelamento de política operado pelas apólices, à falta de um paralelo dinamismo de riqueza que, somada à alteração da política tributária com fins bancários, foi responsável também pela perda de capacidade de importação, indiretamente, num estímulo às indústrias nascentes, não fazia sobreviver num período adverso que ia aos poucos se desvanecendo.⁽⁸⁵⁾ Contudo, o mercado acionário não entra nos domínios do Governo quando da revogação da lei dos entraves.

A companhia, ou sociedade, que se constituísse só poderia funcionar depois de subscrito todo o seu capital, sendo expressamente vedada a venda das ações. Essa restrição, por certo herdeira do tradicional temor da especulação, diante da política monetária restricionista podia ser considerada irrelevante. Admite-se, pois, que, fosse franqueada a incorporação por meio de ações, o mercado não reagiria favoravelmente.

Permitia-se às novas sociedades, isto sim, — depois do funcionamento — lançar empréstimos por meio de debêntures até o montante do seu capital. Não é necessário aduzir que, mais uma vez, os títulos da dívida pública estabeleceriam um freio natural a essas operações. Por tudo isso, o autofinanciamento devia ser a

(83) Cf. Castro Carreira, *op. cit.*, p. 512.

(84) *Apud* Vicente Licínio Cardoso, *op. cit.*, p. 144.

(85) Ver Stanley J. Stein *op. cit.*, p. 67), para quem não passa despercebida a desativação do mercado de importações.

(86) Para o perfil das indústrias fluminenses em relação às indústrias paulistas, ver Wilson Cano, *op. cit.*, pp. 244 e segs.

regira que se adequava à concentração do capital comercial e um estímulo aos grandes capitais estrangeiros de risco.

Uma vez espelhada a situação constrangedora que afetava o segmento nacional do sistema bancário, resta examinar, nos anos da década dos oitenta que se inicia, qual a política dos bancos ingleses e seu relacionamento com o Governo.

Em 1881, o gerente do London and Brazilian Bank recebe, de Londres, o seguinte aviso:

"The agitation for a quick abolition of slavery cannot be ignored. It persisted in and successful, it will lead to a grave national crisis...."

We believe the greatest safeguard would be to limit our advances and discounts to short dates, to curtail such advances against shares of native companies, particularly native banks and to develop an exchange business." (87)

Tão poucas, mas tão elucidativas palavras.

Apenas um temor, por enquanto nenhuma crise. As contas das companhias inglesas, de transportes e mineração principalmente, durante os penosos anos setenta, garantiram a esses bancos a liquidez que faltava alhures. E, como não podia deixar de ser, por esse motivo, o seu raio de influência era relativamente ampliado, não só para operações externas quanto, ainda, para o mercado interno. No que se refere ao comércio exterior, dada a retração funcional do Banco do Brasil, passam a exercê-lo monopolisticamente, aqui, suas relações com o Governo, que deles se serve para a remessa de cambiais, garantem-lhes uma boa parcela da oferta de dinheiro para aplicação no mercado interno. No concernente a este, a crise de liquidez da praça, contrastando com sua boa posição, permite-lhes socorrer, por meio de cauções de ações, aquelas empresas "nativas" que não encontram — e, como vimos, não podem encontrar — outro oásis para a provisão de capital de giro.

Desde a Guerra do Paraguai, os bancos ingleses passaram a ter um contato mais íntimo com a realidade cambial brasileira. Vários contratos de fornecimento haviam sido aranjados ao câmbio em vigor e as letras sacadas segundo aquela relação. Com a baixa do câmbio, o pagamento só guardaria a proporcionalidade original se realizado em moedas metálicas ou, então, em papel-moeda corrigido. Ora, efetuando-se o pagamento em papel-moeda pelo

(87) *Apud* David Joslin, *op. cit.*, p. 155. Grifo nosso.

valor indicado na moeda brasileira, os bancos ingleses passaram a receber uma dada quantidade de papel insuficiente para recupear a mesma quantidade de libras, donde se originaram várias reclamações para que recuperassem "a diferença de câmbio", isto é, aquela quantidade de papel moeda proporcional à queda da taxa de câmbio.

Daí em diante, as precauções nesse sentido se multiplicaram, e o Governo passou também a reconhecer a procedência da reclamação. Assim, não assusta o fato de que, sob a rubrica de "reclamação do câmbio", importantes quantias da receita das repartições sem canalizadas aos bancos ingleses à guisa de ressarimento. Dessa maneira os bancos ingleses tiveram sua liquidez em papel-moeda largamente assegurada.

Couty, certamente autor da mais importante obra sobre a situação econômica brasileira nos anos oitenta,⁽⁸⁸⁾ surpreende a atenção com o avultado dispêndio, seja do Governo, seja dos importadores, que constituiria apenas diferença de câmbio, e passou a dedicar-se atenção à taxa cambial e às suas oscilações. Nesse passo o livro encerra a seguinte idéia estimulante:

"O resultado de cada operação no Brasil depende de dois fatores variáveis: da variação do preço do produto e das variações do valor do ouro em papel"⁽⁸⁹⁾.

Essa tão interessante, quão rara, observação, provavelmente serviu a J. P. Wileman,⁽⁹¹⁾ doze anos após a publicação do livro de Couty, para exercer o seu positivismo stuartiano, diante de intrigante instituição brasileira, o papel-moeda. Wileman transcreveu, ao que parece, o segundo fator apontado por Couty na sua suposta causa: "the ratio of the supply to the demand for the circulating medium", e o chamou de *Nominal Exchange*; o primeiro fator foi batizado como "Real or International Exchange, (that corresponds to the variations of international exchange)". A seguir oferecemos o seguinte problema:

"The fusion of the two different exchanges in a single quotation, usual in Brasil, undoubtedly obscures and confuses the perception of the

(88) Cf. Castro Carreira, *op. cit.*, p. 655.
 (89) *Op. cit.*,
 (90) Louis Couty, *op. cit.*, p. 41.
 (91) *Op. cit.*.

true causes that operate the depreciation of the currency and oscillations in its value, rendering it difficult and often almost impossible, to distinguish what proportion is due to the variations of International Exchange, and what to the local depreciation of the currency, or Nominal Exchange.

"It is, however, absolutely indispensable, in order to form a clear idea of the phenomena of Brazilian Exchange, to arrive at a distinct and positive conception of the existence and nature of these two factors of the value of the currency; as it is evident that the every variation of the market rate of Exchange must be either the resultant of these distinct forces acting in a similar or contrary direction; and, consequently, that each factor must be separately analysed..."⁽⁹²⁾.

Toda a sua obra, a partir desse ponto, constitui a tentativa de resolução do problema proposto, em meio a uma importante coleta de dados que lhe permite demonstrar que a taxa cambial não guardou, ao longo da história, nenhuma relação funcional monotônica com o volume de moeda em circulação. Posto que Wileman foi o mentor da política realizada por Joaquim Murinho em 1898, vale a pena considerar imediatamente a sua conclusão:

"The value of paper money, is in fact, influenced by two real causes only, and to one or the other of these, or to both, must be attributed every variation of the value of the currency of a lasting character. These cause are:

1. The ratio between the demand and supply of the circulating medium;
 2. The equilibrium of international payments.
- These two causes determine the rate of real or international and of nominal exchange, of which the market exchange is the resultant"⁽⁹³⁾.

Sem qualquer dúvida que esse trabalho, como já referido, representou sistemático esforço de reflexão sobre a existência do papel-moeda, e, em decorrência, da realidade financeira brasileira. Porém, também sem qualquer dúvida, acabou fugindo a essa realidade.

É de se ver.

(92) J. P. Wileman, *op. cit.*, pp. 1 e 2.
 (93) Cf. J. P. Wileman, *op. cit.*, p. 251.

Somente para argumentar, acclando com Wileman que o valor do papel-moeda é influenciado pelas duas causas apontadas, indaga-se: como se expressa esse valor?

Wileman não hesitou na resposta: em ouro.

Destarte, considerando-se que o valor do ouro expresso em papel é a taxa de câmbio, como foi visto na primeira parte do trabalho, e mais, considerando-se um equilíbrio na balança "dos pagamentos internacionais", somos forçados à conclusão de que a taxa de câmbio é o resultado da demanda e oferta de moeda.

Ora, contra essa conclusão é que seu trabalho foi elaborado, pois, em várias passagens, ele demonstra que nenhuma relação houve entre a taxa cambial e o volume de moeda em circulação. Na verdade, Wileman foi um requintado exemplo dos desaminhos a que conduz a visão oceânica de nosso país. Considerando a ocorrência de um câmbio nominal e de um câmbio internacional, ou real, passíveis de serem analisados separadamente, expressos em ouro, perdeu ele a singela verdade que encerrava a idéia de Couty, que talvez lhe tenha servido de base.

Afirmava Couty que o resultado de cada operação no Brasil dependia de dois fatores variáveis: 1. preço do produto e 2. valor do ouro em papel.

Entenda-se: o resultado (para os participantes) de cada operação (externa) depende do preço do produto e da taxa de câmbio. Sim, porque o valor do ouro em papel é a taxa de câmbio!

Nessas condições, suponhamos o caso de um exportador que vende o seu produto no Exterior. A quantidade de moeda brasileira que ele obterá vai depender não só do preço em libras, alcançado pelo produto, mas também da taxa cambial prevalente no momento em que se efetuar a conversão das libras em mil-réis. Até aqui nenhuma novidade. Todavia, tendo em vista essa meridiana verdade, deve-se indagar de como é fixada a taxa cambial, que tanto influi "no resultado".

Foi nesse passo que Wileman, fiel discípulo de Stuart Mill, supondo que a taxa cambial era o resultado do livre jogo das forças de mercado, cometeu o seu maior pecado, deixando de lado a realidade brasileira, e a especificidade da economia, que tanto o intrigava. Mais uma vez essa realidade não escapou à argúcia de Couty, que percebeu, no seu tempo, que a taxa cambial não dependia da livre atuação do mercado, mas era *fixada institucionalmente*. De que maneira?

pelos bancos que detinham o monopólio do comércio exterior e assim puderam controlar a oferta interna de cambiais.⁽⁹⁴⁾ O exercício desse monopólio, com vistas à fixação unilateral da taxa cambial, só seria, entretanto, eficaz, se os bancos em questão, que eram os bancos ingleses, pudessem estar munidos de liquidez para operações no mercado interno, ou seja, de importantes depósitos de papel-moeda.

Ora, como vimos, a situação da praça do Rio de Janeiro, as relações imperiosas desses bancos com o Governo para remessa de cambiais, e as contas das empresas estrangeiras garantiram tal requisito, justamente em meio à crise de liquidez que se acentuava ano a ano.

Portanto, esse mecanismo, que permite a fixação institucional da taxa de câmbio, abre as portas ao "jogo" do câmbio, às altas e baixas dessa taxa a curto prazo. Deste modo, como mera operação financeira de curto prazo, a taxa cambial passa a ter grande importância "no resultado de cada operação", como percebeu Couty.

Essa é a realidade que conferia aos bancos ingleses uma saúde financeira em meio a uma crise de liquidez, na qual o segmento bancário nacional, abarrotado de títulos da dívida pública, tinha estrangulado o círculo de operações de descontos e provisão de capital de giro para as grandes empresas geradas pela concentração do capital comercial, ela mesma resultado da crise.

Nessas condições o entrelaçamento dos bancos ingleses com a grande indústria fluminense estaria naturalmente assegurado. O único óbice ao exercício desse império, gestado na realidade de uma economia mercantil, que consagrou o capital usurário pelos títulos da dívida pública, era o conservadorismo e a timidez inerente aos bancos ingleses para os quais a mercadoria a embarcar continuaria a ser "a menina dos olhos", expressão dos *resquícios inamovíveis do colonialismo*. O aviso de 1881, recebido pelo gerente do London and Brazilian Bank, é a peça significativa desse conservadorismo.

Vejamos, mais uma vez, São Paulo.

Na província, a independência da acumulação financeira em relação ao sistema bancário, na realidade requisito historicamente essencial para o advento do nosso capitalismo, delinearia uma outra situação para atuação dos bancos ingleses.

(94) Cf. Louis Couty, *op. cit.*, p. 43.

A mão-de-obra livre preexistente, posteriormente, a mão-de-obra aliada ao desenvolvimento da "pequena cultura" para a indústria têxtil, na década dos setenta, exigiram a manutenção de um estoque de moeda proporcional à produção de pequenas integrantes dos itens de reprodução da força de trabalho. Daí, o "desaparecimento" do papel-moeda do Rio. As originais disponibilidades de capital dinheiro em mãos dos fazendeiros do Oeste paulista, não é necessário dizer, cumpriram essa função de estoque.

A natureza "integrativa" da economia paulista fazia com que esse 'estoque' de moeda se traduzisse, a cada ciclo produtivo, em grande liquidez em suas mãos. Esse seu 'encaixe' particular, em *permissão simplesmente o essencial: tomar cambiais quando lhes conviesse, isto é, quando a taxa de câmbio lhes fosse favorável. Ademais, podiam converter seus ganhos em libras esterlinas, independentemente de pressões internas de liquidez!*⁽⁹⁵⁾

Fugia, portanto, o fazendeiro paulista ao jogo de câmbio, regra imperante no Rio de Janeiro. Se jogo cambial houvesse, seria nas circunstâncias apontadas, inevitavelmente revelado como poderoso fator de acumulação financeira em mãos desses mesmos fazendeiros. . . . Só mesmo essa instituição brasileira, tão importante quanto ignorada, o papel-moeda, poderia mais uma vez realizar esse miraculoso mecanismo, que significa, no seio de uma economia *miã exportadora, a libertação da produção das imposições comerciais, indispensável para a acumulação propriamente comercial.* Não é demais lembrar que o desenvolvimento do capital comercial atuando internamente, nesse caso, ficaria imediatamente subordinado à acumulação que se dá na produção.

Com efeito, a partir de 1880, observa-se em São Paulo o profícuo ferar das atividades comerciais. Morse, no seu excelente livro,⁽⁹⁶⁾ Paulo e, mesmo, do assentamento de um sistema bancário provincial.

Se encontramos fazendeiros desempenhando várias atividades urbanas, como diretores de estrada de ferro, industriais e banqueiros, "poucos, ou, mesmo, nenhum fazendeiro se tornou corretor ou comissário".⁽⁹⁷⁾

(95) A. Couty, *lumpouco* passou despercebido esse mecanismo.

(96) Richard M. Morse, *Formação Histórica de São Paulo*, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1970.

(97) *Idem, ibidem*, p. 235.

Em São Paulo, a evolução das atividades eminentemente comerciais e, assim, a evolução do capital comercial, consiste no ponto-chave para a compreensão adequada do caráter de sua economia.

É fato incontestável que o desenvolvimento do capital comercial dá-se posteriormente à construção de um mercado, incipiente é certo, mas altamente dinâmico, que consistiu na relativa interiorização da produção dos itens de alimentação, e vestuário, integrantes da reprodução da força de trabalho.

Todavia, a economia que se analisa presentemente — é impetuoso deixar claro — não coincide territorialmente com a Província de São Paulo.

Já nos referimos ao fato de que o Vale do Paraíba e, certamente outras pequenas regiões são tributárias da prevalente economia mercantil que foi estudada pela ótica da praça do Rio de Janeiro.

Essas regiões paulistas estavam, pois, inscritas na economia que engendrou a concentração do capital comercial no Rio de Janeiro. A diferenciação do Oeste paulista tem imenso significado, porquanto, como vimos, o próprio capital bancário provincial, personificado por Gavião Peixoto, grande credor de Vergueiro e Cia. e de muitos outros produtores representativos da outra economia paulista, participou, associado, e em situação minoritária, da acumulação ferroviária. Depois, o mercado de terras, criado pelas ferrovias, significou abertura de fronteiras à conversão do capital bancário e comercial da província em capital produtivo.

Entretanto, o caráter oligopsonico da comercialização externa era bastante acentuado de molde a sugerir a possibilidade de um renascimento "autônomo" do capital comercial no seio do complexo cafeeiro, independentemente da diferenciação que a economia do Oeste paulista significa.

Morse, que não se deu conta da existência de duas economias coexistindo lado a lado no complexo cafeeiro, descreve globalmente a atuação do capital comercial, mas ele próprio vê-se às voltas com as diferenças:

"Foi por volta de 1885, devido em grande parte a uma queda brusca nos preços mundiais do café, que os comissários urbanos começaram a 1885, os capitais de repente diminuíram (...). Esta crise (que se fez sentir mais sobre as fazendas tributárias do Rio do que sobre aquelas

da zona noroeste de São Paulo) foi logo aliviada por um mercado mais firme e pelo influxo do braço estrangeiro. Entretanto, estava estabelecido o domínio do intermediário...” (99).

Por conseguinte, as diferenças são inegáveis. Há que indagar-se independentemente da acumulação produtiva; em suma, vale o domínio do intermediário?

Devemos considerar que a acumulação do Oeste paulista fixa de saída, os parâmetros de desenvolvimento do capital comercial. A principal causa dessa delimitação reside na cisão entre os seus interesses e os interesses propriamente bancários. Os bancos, eles mesmos subordinados à acumulação produtiva, estarão naturalmente atrelados a esta, e não permitirão, portanto, que o capital comercial se desenvolva independentemente.

Isso se dá porque, na ocorrência de uma produção interna para o mercado interno, o movimento de dinheiro dentro dessa economia determina-se pelas trocas das mercadorias, e a universalização dos salários constitui sua maior expressão.⁽⁹⁸⁾ A demanda de crédito passa a representar, assim, o próprio tempo de rotação das mercadorias, daí, que, a sua oferta deve-se pautar pelos diversos giros de capital nos diferentes ramos da produção.

É bem verdade que a natureza de uma economia exportadora altera de certo modo os dados desse equacionamento, pois a produção da oferta de fundos bancários depende da realização da produção no mercado externo. Na ausência de crises, é de se notar, entretanto, que, se a importação estiver diretamente subordinada à acumulação produtiva (como é o caso de São Paulo, contrariamente ao que se deu no Rio), o próprio comércio exterior adapta-se e desenvolve-se atrelado à produção, determinando, mais uma vez, a prioridade nas demandas de capital financeiro em função da acumulação produtiva. O que se dá nessa economia é a ampliação dos ganhos da intermediação financeira, já que o tempo de rotação das mercadorias é maior. Contudo, não se pode confundir os com dominação do capital comercial, pois este tem restringidas as possibilidades de ser o lucro comercial operado independentemente.

(98) Morse, *op. cit.*, p. 253, grifos nossos.

(99) Wilson Cano nos dá conta que a relação entre escravos e indígenas em São Paulo, de 15:1 em 1874, passou para 8:1 em 1880 e chegava em 1885 a 5:1 (*op. cit.*, p. 11).

mente dos requisitos da acumulação real. A acumulação financeira é a própria imagem da acumulação real com o que o comércio desenvolve-se à medida que se desenvolve o capital.

O que poderia significar uma sangria de recursos da produção nessa economia era, portanto, a manipulação da taxa cambial, que, como assinalamos, corrente no Rio de Janeiro, mostrava-se ineqüitável em São Paulo. As altas e baixas da taxa cambial, dada a natureza integrativa dessa economia, traduzi-se-iam sempre em a natureza integrativa dessa economia, traduzi-se-iam sempre em alento à produção, seja quando a taxa favorecia a exportação, seja quando favorecia a importação. Nos dois casos, amplia-se o mercado interno.

Ora, se um mecanismo financeiro é tão essencial para a continuidade, sem óbices, da acumulação produtiva, que por sua vez, quando mais se desenvolve mais necessita desse mesmo mecanismo, é de se notar que a economia capitalista, engendrada a partir do Oeste paulista, é uma economia vulnerável à polifasia econômico-financeira, já que determina, intrinsecamente, requisitos de oferta monetária inteiramente distintos daqueles prevalentes na economia mercantil fluminense. Esta conduz aquela política.

Isso abre a possibilidade a que essa economia também experimente crises *independentemente de crises de realização externa da produção exportável*, e assim, a que não se desenvolva integralmente.

Concluindo, discordamos de Morse. Não há domínio do intermediário, uma vez que essa dominação significa, na realidade brasileira, como ocorreu no Rio, matar a galinha dos ovos de ouro; significa retirar o comércio de dinheiro da órbita da produção, com o que o capital comercial alça seu vôo autônomo, do qual a consagração do capital a juros no Rio é o resultado mais límpido.

A resistência futura da economia paulista às crises, resistência que pode consistir em estancamento, mas nunca debilitar-se numa regressão, será o testemunho histórico mais evidente do que expusemos.⁽¹⁰⁰⁾

A economia engendrada a partir da acumulação financeira, que teve seu epicentro em Campinas, durante a guerra do Paraguai, é uma economia capitalista com sua especificidade histórica, é certo, mas dotada de força típica para internalizar a produção dos bens-salários e criar setores de produção de bens de capi-

(100) Discordamos igualmente do colega professor Sérgio Silva, *Expansão Cafeteira e Origens da Indústria no Brasil*, Alfa-Omega, São Paulo, 1976, quando afirma a dominação do capital comercial, situando na atividade comercial o núcleo da acumulação (pp. 61 e 62).

tal.⁽¹⁰¹⁾ A ampliação do mercado interno para a produção interna será sua perpétua resposta, ainda que as necessidades de importações aumentem também conjuntamente. Abordemos, finalmente, o problema da política monetária.

"A política do Governo imperial nos anos oitenta traumatizada pela migração da "convertibilidade", por um lado conduzida a um aumento da dívida externa e por outro mantivera o sistema econômico em regime de permanente escassez de meios de pagamento. Entre 1889 e 1889, a quantidade de papel-moeda em circulação diminuiu de para 197 mil contos (...). A partir da crise de 1875, fez-se evidente a necessidade de dotar o país de um mínimo de autonomia econômica talhada. Tese-se que esperar, entretanto, até 1888 para que o parlamento aprovasse uma imprecisa reforma, a qual o Governo imperial relutaria até o fim em aplicá-la".⁽¹⁰²⁾

O relato de Celso Furtado sintetiza, em poucas palavras, as vertentes maiores que balizam o comportamento do governo nos anos oitenta. A redução do papel-moeda em circulação não foi tão acentuada, mas o importante é, realmente, apontar a sua não expansão.⁽¹⁰³⁾

O aumento da dívida externa foi realmente incrível na década:

1883	4.000.000 libras
1886	6.000.000 libras
1888	6.000.000 libras
deságio	1.527.900 libras
total	17.527.900 libras

(101) Se estes setores não se criam, malgrado essa força típica, isto deve-se a motivos que dizem respeito à natureza agora dual do complexo Cardoso de Mello (*op. cit.*, pp. 106 e 107).

(102) Cf. Celso Furtado, *op. cit.*, pp. 201 e 202.

(103) Não se pode esquecer, também, que a alta da taxa cambial, acima mesmo da paridade, em grande parte provocada pelos empréstimos externos, poria naturalmente em circulação boa parte do total da moeda metálica cunhada no Brasil. Amaro Cavalcanti, *in Política e Finanças*, *op. cit.*, p. 378, calcula o meio circulante em fins de 1889 em 301.010:000\$000 dos quais 90.000:000\$000 nesta moeda. Assim em termos um total de 211.010:000\$000, dos quais 180.000.000\$ em papel oficial, e o restante em papel bancário.

Esse total é largamente superior ao total dos empréstimos externos, até então não resgatados, estes de aproximadamente 14.000.000 libras.⁽¹⁰⁴⁾

Devemos, todavia, fazer um reparo às palavras de Furtado, quando nos fala de "automatismo monetário".

Ora, um dos pontos em que se assenta este trabalho é a demonstração de que nessa década coexistem no complexo cafeeiro dois tipos de economia, e, assim, o automatismo monetário vai depender da economia que se tem em vista.

Em São Paulo, temos a economia cuja expressão monetária é o papel-moeda. Nessa economia, a acumulação agrícola primordial gera uma franja de pequenas indústrias tendente, porém, à diversificação como resposta ao mercado que se amplia.

No Rio de Janeiro, temos a economia cuja expressão monetária é a falta de liquidez e a generalização dos títulos da dívida pública. Nessa economia, a concentração do capital comercial levou à grande indústria, que traz no bojo a tendência à não diversificação dado o congelamento do mercado que a envolve.

Essa dicotomia de economias é tão inequívoca que a sua expressão política é o separatismo de São Paulo — e o mais significativo — não de toda a província, mas, "sobretudo no Oeste da província, onde, e quando, os fazendeiros não dependem do braço escravo, servindo-se de trabalhadores assalariados".⁽¹⁰⁵⁾

Desnecessário dizer que é a economia fluminense, e não a paulista, que orienta a política monetária.

Em 1885, foi autorizado o Governo a emitir 25.000.000 em moeda para auxiliar os bancos de depósitos. Porém — o inevitável — "o capital e juros pagos pelos bancos serão destinados ao resgate do meio circulante".⁽¹⁰⁶⁾ Nada mudara, ao contrário, acentuam-se as pressões que levam à escassez de meios de pagamento, de que nos fala Furtado.

Só a abolição dos escravos em 1888 dará aos homens responsáveis pela condução da política monetária a certeza de que a oferta de moeda é absolutamente insuficiente. A presunção dos salários leva à famosa reforma bancária de novembro de 1888 pela

(104) Ver Castro Carreira, *op. cit.*, pp. 663 e segs..

(105) Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.* (vol. 7), p. 279. O leitor deve se reportar às páginas imediatamente anteriores para acompanhar o minucioso e circunstanciado relato que o autor faz sobre esse movimento separatista.

(106) Ver Castro Carreira, *op. cit.*, p. 542.

qual se concede às sociedades anônimas, que se propusessem fazer operações bancárias, a facultade de emitir bilhetes no Porto e à vista, nas seguintes quantidades: sobre o depósito de aplicação até essa quantia; sobre ouro até o triplo.

No ano seguinte (1889), diversos acordos foram celebrados entre o Governo e vários bancos, onde a preocupação governamental é o auxílio à lavoura. Até um banco paulista, como o de Crédito Real, fundado em 1822, beneficiou-se desses acordos. Quanto à motivação da política governamental, nada melhor do que se ler o elucidativo relato do responsável por ela no último Governo do Império, escrito dez anos depois:

"Qual era a situação da lavoura, em seguida à abolição do cativo? A safra de 1888, especialmente a de café, fora abundantíssima, mas não pôde ser toda aproveitada, por falta de braços para a colheita e preparo do produto.

Escasseavam os capitais, não tanto pelo retraimento devido à falta de confiança em qualquer empresa, num país que acabava de passar por tamanha transformação, cujas consequências não eram ainda conhecidas, mas pela maior procura de numerário para pagamento de salários aos que recolhessem a safra daquele ano e cuidassem do amanho das terras para a de 1889.

A esta safra, pois, estava reservada sorte igual à de 1888: seria em grande parte perdida. Era geral o desânimo dos lavradores. Não poucos dos que tinham compromissos, preferiam arrendar suas fazendas, por quantias módicas, a continuar no cultivo, receosos de sacrificarem as economias feitas.

Os arrendatários, inexperientes, alheios à profissão, não podiam esperar proventos, que seguramente aufeririam os que a ela se dedicaram desde a juventude, se perseverassem nos seus trabalhos.

.....
Foi então, que o ministério de 7 de junho, ampliando o pensamento que iniciara o antecessor, resolveu fornecer a vários bancos uma certa quantia, para que a fossem aplicando, conjuntamente com soma igual por eles desembolsada, em empréstimos à lavoura e indústria conexas, mediante hipoteca a longo prazo, ou penhor agrícola, a juro módico" (108).

(107) *Idem, ibidem*, p. 713.

(108) Visconde de Ouro Preto, *Finanças, in A Década Republicana*, vol. I, Companhia Tipográfica do Brasil, Rio, 1899, pp. 94 e segs., grifos nossos.

dez anos depois! E nenhuma palavra sobre os salários que generalizaram na economia da vizinha provincia.

Dez anos depois! E nenhuma palavra sobre a economia urbana do Rio de Janeiro, com suas grandes indústrias constituindo o setor mais importante daquela economia. A agricultura fluminense passara a ser uma agricultura de arrendatários despreparados e desamparados, mas, ainda assim, o Império não renegava sua vocação agrícola.

O resultado dessa política não poderia ser outro senão o aproveitamento desses novos recursos para aplicações urbanas, já que não seriam os bancos, naquela conjuntura, que estenderiam a mão aos "arrendatários inexperientes". Como não podia deixar de ser, as empresas comerciais e industriais aproveitaram-se dessa política para, finalmente, ampliar seus capitais. (109)

Os empréstimos externos haviam dado condições de circulação metálica, pois, como era de se esperar, a taxa cambial elevou-se, acima mesmo do par. Foi nessas circunstâncias que o último Governo do Império restaurou o sistema de emissão bancária pluralista em base metálica. O Banco Nacional do Brasil foi autorizado a emitir até 270.000.000\$000. (110)

Tanto os acordos celebrados com os vários bancos para auxílio à lavoura (cujo montante entregue aos bancos pelo último Governo imperial foi de 26.150.000\$, mais tarde ampliado sob a República), quanto o novo sistema de emissão, desencadearam o maior "jogo" da bolsa até então conhecido no Brasil.

Dele nos fala Amaro Cavalcanti:

"Foi justamente em 1889, na época de maior confiança (setembro/outubro) e da maior abundância da moeda metálica, que aparecera o mais espantoso jogo da Bolsa, com uma alta de preços nunca vista. Então, pela primeira vez, foram nesta praça abertas subscrições para companhias e bancos logo com 40% e mais de ágio. Então é que tivemos de presenciar a procura de ações das novas empresas, qual se dera acerca do Banco Constructor, cuja subscrição, sendo aberta para 250.000 ações, os pedidos excederam de um milhão delas! (11).

(109) Cf. Stanley J. Stein, *Brazilian Cotton...*, op. cit., p. 86.

(110) A autorização de emissão em base metálica foi outorgada também ao Banco do Comércio do Rio de Janeiro e ao Banco de São Paulo. Este só lançou na circulação pequena quantia, enquanto aquele não emitiu. (Cf. Ouro Preto, *A Década Republicana*, op. cit., p. 164).

(111) Cf. Amaro Cavalcanti, *Política e Finanças*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892, p. 401.

É importante ter-se em vista que o "jogo da Bolsa" não se iniciou sob a República. O "encilhamento", entendido como prolongada de ações na bolsa, teve início antes de 15 de novembro. Com o advento da República essa alta refletiu-se durante alguns meses, para, a seguir, continuar novamente.

Ora, para a grande indústria fluminense, que se debatia durante os anos de sua criação por maiores facilidades de crédito, o encilhamento do mercado acionário foi realmente o grande benefício. As grandes empresas, já instaladas, como a do setor têxtil, o design Industrial, a Brasil Industrial, Aliança, e outras de menor porte, só poderiam beneficiar-se com a febril procura de ações. Como essa alta de ações deu-se com a concomitante alta da taxa cambial, as condições de importação de capital fixo foram verdadeiramente excepcionais na conjuntura. Essas grandes empresas tiveram em outro fator a impulsionar a concentração setorial. Aquelas que não tinham importações, foram certamente as que substituíram rapidamente as importações, foram certamente as que imediatamente ordenaram importações, foram certamente as que substituíram rapidamente a queda da taxa cambial seria profunda, acompanhada da destinação do mercado acionário.⁽¹¹²⁾

O Governo Provisório da República, por intermédio de Rui Barbosa, aponta os seguintes males na economia do país:

- * insuficiência do meio circulante;
- * excessiva carga de juros pagos aos títulos da dívida pública, interna e externa;
- * impossibilidade de circulação metálica e, assim, da base metálica para emissão;
- * falta de apoio à indústria;
- * as diferenças de câmbio, que agravam o orçamento;
- * falta de extensão das hipotecas aos imóveis urbanos.

Num ponto concordava a política da República com a dos governos imperiais: a necessidade de retirar da circulação o papel-moeda oficial.

Oito bancos receberam, até dezembro de 1889, a autorização para emitir, dentre eles um banco paulista, o Mercantil de Santos, ainda sobre base metálica. Um decreto daquele mês advertia os bancos já autorizados a emitir, que o fizessem dentro de três meses, sob pena de perda do privilégio.

(112) Ver Stanley J. Stein, *Brazilian, op. cit.*, pp. 88 e 89.

O sistema logo seria alterado em janeiro de 1890, com a adoção da política que desencadeou (pela segunda vez) o que se chamou de "encilhamento". Adotou-se para a emissão o sistema de base fiduciária... com os títulos da dívida pública!

Rui Barbosa engendrou o famoso sistema de auto-resgate da dívida pública através da própria emissão a que servia de base, com profunda visão econômica, pois a sua finalidade era:

"transubstanciar a apólice, corrigindo-lhe o caráter de inércia malfez, expungindo-lhe a expressão de massa absorvente e paralisadora do capital, e pondo-a em circulação, monetizada, sob a forma de nota de banco"⁽¹¹³⁾.

Para solucionar o problema da diferença de câmbio, instituiu-se a cobrança em ouro dos direitos de importação e eliminou-se a isenção desses direitos para mercadorias que tivessem similares nacionais.

Não é necessário dizer o que todos conhecem. A emissão com base nas apólices abriu as comportas das notas bancárias, principalmente no Rio de Janeiro, onde se concentrava a quase totalidade da massa de títulos da dívida pública. Por essa época, em São Paulo, a quantidade desses títulos não ia além de 1% do total existente no país.⁽¹¹⁴⁾

Pensamos que, por isso, o Banco União de São Paulo, ao qual cabia a emissão num total de 40.000.000\$000, emite apenas 1/8 desse total até setembro de 1890.

Nessa quadra, é inequívoca a acumulação real em São Paulo. Esse mesmo banco emissor transforma-se em fundador de indústrias,⁽¹¹⁵⁾ aproveitando-se de um amplo movimento de industrialização em São Paulo, que não está particularmente vinculado à política monetária liberal desses primeiros anos da República. O movimento da industrialização brota da própria dinâmica da economia paulista, ainda que seja certo que os auxílios aos bancos, no governo Ouro Preto, e as emissões, tenham-no impulsionado:

(113) Cf. Rui Barbosa, *Relatório da Fazenda*, janeiro de 1891, p. 137. Para o sistema de auto resgate ver pp. 135 e segs.

(114) Cf. Rui Barbosa, *Relatório da Fazenda*, 1891, janeiro de 1891.

(115) Ver A. F. Bandeira Júnior, *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*, Tipografia do Diário Oficial, São Paulo, 1901, pp. 22 e 47.

"A economia cafeeira capitalista era, portanto, as condições básicas ao movimento do capital industrial (...) a grande Indústria não poderia remunerar-se melhor, mas pelo contrário, num momento de crise, porque havia verdadeiramente extraordinários. Ocorreu que, entre 1890 e 1894, a taxa de acumulação financeira sobressaísse, em muito, a taxa de acumulação produtiva. Era suficiente, portanto, que os projetos industriais desagradassem, simplesmente, uma taxa de rentabilidade esperada positiva desde que se transformassem em declarações de 'investir'" (116).

O que deve ser mencionado como fator decisivo, de cunho financeiro, nesse movimento de acumulação industrial, além do que já foi apontado por João Manuel Cardoso de Mello, é o fato de que a alta da taxa cambial, acima do par, certamente deu maior ímpeto à circulação metálica, além do que, favoreceu, em condições nunca vistas, a importação.

No Inquérito realizado por Bandeira Júnior, em 1910, é citado todo o número de empresas fundadas por volta de 1890 e 1894, em São Paulo. São empresas, portanto, que subsistem após a fundação. É interessante notar que, nos anos imediatamente após 1890, em São Paulo, à grande desenvolvimento da moeda não se seguiu aumento das tarifas de transporte ferroviário. Isso representa forte diminuição real dos custos de transportes, o que significa novo fator a impulsionar a acumulação real. (117)

No Rio de Janeiro, quase como uma repetição da História de 1857, foi a construção civil o setor que se avantajou aos demais, dado que, com a queda violenta da taxa cambial, os setores que mais dependessem de importações estavam em dificuldades. Ora, não era esse o caso da construção civil, e a cidade do Rio de Janeiro teve outro impulso de urbanização depois da letargia de 20 anos de crise financeira. (118)

Dois anos após a encerrada de bilhetes de banco, a situação da praça do Rio de Janeiro era realmente curiosa. As taxas de juros, no início de 1892, eram altíssimas, chegando mesmo a atingir 6% ao mês! (119)

(116) Cf. J. M. Cardoso de Mello, *op. cit.*, pp. 102 e seqs.

(117) Cf. Adolpho Augusto Pinto, *op. cit.*, pp. 160/161.

(118) Cf. Amaro Cavalcanti, *Política...*, *op. cit.*, pp. 359 e 360.

(119) *Idem, ibidem*, p. 386.

Necessitamos, pois, examinar onde reside o erro de Rui Barbosa, que havia realizado um correto diagnóstico da situação que o Império legara à República.

A primeira manifestação que se seguiu às emissões foi a redução do mercado acionário. Ora, grande parte dos bilhetes passou a girar dentro do campo de ações, reduzindo-se, assim, o volume de dinheiro que poderia constituir-se em empréstimos para fins produtivos. Nessas condições a taxa de juros sobre necessariamente. Anostrando-se, a circulação dos bilhetes provoca a alta ainda maior da taxa de juros.

"que não só proporcionam lucros extraordinários aos Bancos e aos capitalistas bancários, mas também os convertem em senhores absolutos do mercado monetário e lhes dão a ditadura sobre a especulação e a bolsa, assim como também sobre a produção mediante a gestão do sistema de ações e concessão de crédito" (120).

Não ter atentado para a especificidade da economia urbana, foi o erro fatal da política que deveria implantar o mais perfeito diagnóstico realizado por um titular da Fazenda, até então, Rui Barbosa, ao copiar o sistema americano de emissão, esquecendo-se, além do mais, de que ali existiam perto de 4.000 bancos espalhados pelo território, de tal modo que os longínquos mercados fossem unificados financeiramente, o que é indispensável para a circulação material. Entendeu Rui Barbosa dar cunho regionalista ao sistema de emissão, ampliando os poderes bancários dos quais São Paulo havia se libertado!...

O bilhete de banco volta ao banco, e a sua procura eleva a taxa de juros. Com isso, fortalece-se o sistema bancário mediante simples papel impresso por ele mesmo. O dinheiro que deve constituir empréstimo é, assim, canalizado para operações meramente financeiras, onde caminham juntas a alta das ações e a alta dos juros bancários. Com a queda das cotações das ações o movimento contrário não se produz porque o pânico e a falta de confiança na situação econômica provocam o entesouramento, e os bancos, por sua vez, aumentam os juros para cobrir os riscos reputados maiores, durante a crise.

Deste modo, explica-se como, apesar da verdadeira enxurrada de papel bancário, as taxas de juros têm tendência à alta, inibindo,

(120) Cf. Rudolf Hilferding, *El Capital Financiero*, Editorial Temos, Madrid, 1973, p. 310.

mais uma vez, as atividades produtivas. Mas afinal, não era mesmo uma economia mercantil que orientava a política governamental?...

Os bancos fluminenses eram diferentes dos bancos paulistas, como o eram as respectivas economias... O bilhete de banco te, não estranha o fato de que, ao ratar a "crise" de banco, grandes empresas têxteis procuram socorros junto ao Estado, e a indústria. (121) Contudo, não só do Estado dependia a grande indústria fluminense, mas, também, do mercado que estava em São Paulo, nos dá conta da infinidade de representantes da grande indústria fluminense perambulando pelo interior para colocar seus produtos no mercado, em concorrência, mesmo, com as indústrias paulistas. (122)

Nos primeiros anos da República, como aponta Onody, (123) o ritmo inflacionário é bastante acentuado. Sua causa reside nas emissões bancárias.

Para analisá-lo, convém voltar-se às emissões realizadas durante a Guerra do Paraguai.

Estas não foram inflacionárias, em primeiro lugar, por terem sido feitas em papel moeda, contrariamente as do Encilhamento, realizadas em notas bancárias.

Aquelas foram preencher um *gap* monetário na Província de São Paulo, mas de tal maneira que, como vimos, implicou a curto prazo num forte deslocamento da curva da oferta real, "absorvendo-se" as emissões com a monetização que se operava. O mecanismo inter-regional, proporcionado pelo papel-moeda, facultava o deslocamento de recursos em direção a São Paulo, e a preços inflacionados, isto é, com grandes vantagens relativas para São Paulo. Os preços dependeram, sem dúvida, da sucção da renda fluminense por meio dos títulos da dívida pública, renda essa reinjetada na economia paulista, seja diretamente, seja através das operações cambiais. Juntamente com o movimento real da economia paulista o papel-moeda teve ampliado o seu raio de intermediação.

É preciso não se perder de vista que o papel moeda é uma forma de moeda infinitamente superior ao papel bancário. Este constitui uma moeda "comercial" que, além do giro geográfico

(121)

Ver Stanley J. Stein, *Brazilian...*, op. cit., pp. 90 e segs.

(122)

Cf. A. F. Bandeira Jr., op. cit., "Introdução", p. XII.

(123)

Op. cit., p. 122.

curto, é sempre um crédito que garante a percepção de juros via taxa de descontos. É uma moeda, pois, adaptada ao giro comercial, enquanto o papel oficial, sem render juros, traz em si a universalização e a possibilidade de acumulação à margem dos serviços bancários.

As emissões de notas bancárias durante o Encilhamento — é imperioso ficar claro — não foram emissões normais de notas bancárias, isto é, emissões representativas de mercadorias, emissões com caráter de letra de câmbio. As emissões tiveram pura e simplesmente o caráter de dinheiro.

Ora, apesar do real caráter de dinheiro, essas notas continuavam sendo notas limitadas. Esta circunstância aciona prontamente a compra de títulos, e confere, de imediato, acentuado poder de compra aos detentores dessas notas. Cita-se, assim, em favor da praça do Rio de Janeiro vantagens relativas de cunho nacional pois que, entroposto de importação, exporta, por cabotagem, as mercadorias.

A queda da taxa cambial (chegou-se ao nível de 5 pence por mil-réis) e a procura reforçada naquela praça, estabeleceram um nível de preços desfavorável às demais provincianas.

O alento à produção, proporcionado pela transferência de recursos à indústria fluminense causada pela inflação, não tem o condão de elevar, significativamente, nem a médio prazo, a oferta real, pela simples razão de que a indústria fluminense não é diversificada e nem possui tendência a isto.

A inflação se instala estruturalmente e tem como consequência histórica inequívoca a acentuada queda relativa dos valores imobiliários agrícolas, que passam a ser objeto da procura do poder de compra urbano, tão logo o mercado de ações entre em baixa acentuada.

A inflação registrada, no período, em São Paulo, onde as emissões podem ser consideradas moderadas, para nós só encontrou explicação plausível na consideração de que se trata de uma inflação "urbana", no Rio, exportada para a economia paulista. Chegamos mesmo a supor que essa inflação é uma fenda pela qual se fortalecerá, mais tarde, a acumulação financeira em São Paulo, independentemente do movimento real de sua economia.

No entanto, trata-se de hipótese a ser investigada, pelo que ficamos nesse terreno.

O certo é que a maturação dos investimentos ordenados pela grande indústria fluminense e pela indústria paulista, nos primei-

ros momentos do Encilhamento, dar-se-á num momento em que a política monetária acionará os tradicionais mecanismos de deflação e na determinação dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais.

O Encilhamento, entendido como a política econômica de Rui Barbosa, conquanto tenha favorecido certas empresas — a cujo respeito Stein, no seu livro, nos dá vários exemplos —, ficará na História como o mais perfeito diagnóstico seguido da mais triste e menos indicada terapia.

É certo que a história econômica se faz sobre fatos, pelo tanto quanto possível, aconselhável sejam evitadas inferências de alternativas não realizadas, porquanto, até mesmo em relações de certos fatos torna-se difícil uma exata apreciação. No entanto, não obstante essa asserção, a respeito do Encilhamento é de conjecturar: uma vez que um problema, o maior, era o volume de títulos da dívida pública interna, porque não resgatá-lo, com papel-moeda oficial? ...

Rui Barbosa não viveu a República de nenhum título, nem interno, nem externo. Estes dois papéis criavam, então, para a República nascente, o seu mais terrível dilema, dilema este que estará por detrás do *Junding loan* de 1898.

CONCLUSÕES

A perspectiva em que nos situamos levou-nos ao contato com múltiplas questões, algumas das quais serão aqui abordadas à guisa de conclusão. Inicialmente consideremos a noção de *complexo*. Antes de parecer um conceito votado a obscurecer as realidades sócio-econômicas, a noção de complexo mostrou-se essencial para desvendá-las na quadra histórica examinada.

A noção de sistema econômico, ou a de *economia* dele decorrente, só foi passível de elaboração e portanto de utilização, quando, no Estado nacional, a produção social comandava a circulação, de modo a estabelecer um circuito econômico. Em suma, são conceitos ligados à própria emergência do capitalismo, e que devem permitir a análise sistemática. Na época estudada aqui a integração das relações sociais num todo oxigenado por um só fluxo monetário é impensável. Daí a necessidade da noção de complexo. Só através de sua explicitação pudemos cingir-nos aos aspectos essenciais de uma realidade em que vários acoplamentos simultâneos se fazem presentes: de início, a produção voltada para o mercado interno e a produção para exportação, com diferentes graus e requisitos de monetização. Dessa maneira, como esperamos ter mostrado, deve-se considerar o tráfico negroiro, dentre outros, como um setor produtor interno que induz, por sua vez, outras atividades monetárias dizem respeito antes a estes setores do que propriamente ao veio exportador do complexo. Que a política monetária não tenha reconhecido essa ocorrência não a invalida. Pelo contrário, só depois de reconhecê-la é que se pode avaliar aquela política.

A noção de complexo é igualmente necessária para abarcar um setor extremamente diferenciado que é a cidade, que imprime, com o consumo das classes urbanas, com gastos públicos em infraestrutura, diferentes pressões sobre a Moeda e o Crédito, como resultado da institucionalização de um consumo não produtivo. E